



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA E JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 15 DE MARÇO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, nós vamos começar, daqui a pouco, a audiência. Eu gostaria de pedir para a Polícia, para não ficar de frente, para ficar de lado. Por gentileza, por gentileza. Pediria para todos ficarem de lado aqui. Pediria para a Polícia não ficar de frente, por favor. Melhor... Não ficar de frente, assim fica ruim.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não, não. Assim é ruim.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos acertar primeiro essa coisa aqui, e eu pediria para a... Eles estão vendo essa questão da segurança, mas eu gostaria que...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Pediria para se afastarem, não ficar na frente aqui. Bom, nós vamos abrir... Olha, por gentileza, eu gostaria de atenção a todos.

Gostaria de atenção. Vamos abrir as inscrições.

Tem a palavra o nobre Vereador Celso Jatene.

O SR. CELSO JATENE – Quero pedir um minuto da atenção de vocês. Precisamos fazer um anúncio de luto oficial da Câmara Municipal de São Paulo, em seguida, quero pedir a anuência do Sr. Presidente para que possamos ouvir os Vereadores do PSOL e precisamos fazer um minuto de silêncio.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO TUMA – Obrigado. O documento assinado pela Mesa Diretora

da Câmara Municipal de São Paulo que declara luto oficial no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

- É lido o seguinte: (documento de luto oficial pela morte de Marielle Franco).

O SR. EDUARDO TUMA – Sr. Presidente, essa é a manifestação oficial da Câmara Municipal de São Paulo. Peço imediatamente um minuto de silêncio em homenagem e não mais em pesar pelo falecimento.

- Minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de pedir mais um pouco de silêncio, pois gostaria de passar a palavra ao Vereador Toninho Vespoli e a Vereadora para, em nome do PSOL, fazer um pronunciamento.

Anuncio a presença do Deputado Carlos Giannazi.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Boa tarde aos servidores presentes e também cumprimento a Mesa em nome do Presidente Nomura, demais Vereadores e Secretários que estão aqui.

Estou bastante emocionada, então, peço desculpas.

A Marielle além de uma grande mulher, militante, Vereadora, ela também era uma grande amiga, uma mulher que desde sempre foi super dedicada a causa dos mais pobres, à justiça social, ao direito das mulheres, principalmente das mulheres negras, das mulheres periféricas.

A Marielle nasceu na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, e tem uma trajetória de vida que até o dia de ontem era diferente do que a maioria das mulheres negras porque ela conseguiu, apesar das dificuldades, Vereadora da cidade do Rio de Janeiro.

Ela foi a quinta Vereadora mais votada da Cidade, mas no dia de ontem, infelizmente, ela acabou repetindo o ciclo de boa parte das mulheres negras neste país, que são as mais assassinadas diariamente, seja pelos seus maridos, seja pelo Estado, seja pela Polícia Militar. E a Marielle, desde o primeiro dia do seu mandato, incessantemente denunciava

as violações de direitos humanos.

Atualmente era a relatora da CPI com relação à intervenção militar no Rio de Janeiro e havia denunciado uma série de violações que a Polícia estava executando em algumas comunidades do Rio de Janeiro, matando gente pobre, gente preta, de graça, matando criança, matando adolescente. É por isso que a Marielle foi assassinada no dia de ontem, com quatro tiros: dispararam nove tiros contra aquele carro.

O que eles quiseram é tentar calar a voz da Marielle. Mas a voz dela está presente nas 60 mil pessoas que estão ali do lado de fora. Eles podem tentar deter, eles podem tentar matar um, matar dois, mas nós somos milhares e somos milhões juntos com a Marielle; e até o último dia das nossas vidas, a gente vai erguer a bandeira da justiça e da luta em nome da Marielle. Ela vive em todas as nossas lutas. Hoje foi muito difícil levantar e estar aqui, mas eu vim para cá porque é o que a Marielle faria no nosso lugar. Ela jamais vai querer que a gente se cale, porque ela gritaria.

Por isso que, além do um minuto de silêncio, eu queria pedir um minuto de salva de palmas para a Marielle, porque ela não se conformaria com o silêncio jamais. (Palmas)

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Muito obrigado, Presidente.

- Manifestação e aplausos na plateia.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos e a todas. É com grande tristeza

que a gente está aqui, por duas razões. Para mim, fica muito difícil falar que a Marielle foi assassinada, ela foi executada. É muito diferente, porque quem a executou, com certeza, tem ligações com milícias, com parte do Estado brasileiro e com a bandidagem que está instalada em setores do Estado brasileiro. Foram essas pessoas que mataram Marielle, até porque ela tinha investigações de pessoas que daria para comprovar suas relações com o crime e com o Estado brasileiro. Então a gente tem que tratar isso como execução.

Hoje todos os que lutam por igualdade, por justiça social, é esse o tom que a elite dominando está impondo, junto com os setores criminais, para a sociedade brasileira.

A Marielle lutou pelos direitos das pessoas, pelo direito à vida, pelo direito que as pessoas têm a moradia, alimentação, saúde; e, com certeza, se ela estivesse aqui, ela estaria sentada ao lado de vocês, porque os servidores públicos municipais estão lutando pela sua dignidade, pela sua vida e pela vida de suas famílias. E Marielle está presente com a gente nessa luta.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Presidindo a audiência pública da reunião conjunta das comissões de Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, e de Finanças e Orçamento, declaro aberta a Audiência Pública do “PL 621/16, de autoria do Executivo Fernando Haddad, que institui o regime de Previdência Complementar para servidores públicos no Município de São Paulo, titulares de cargos de provimentos efetivo da Administração direta, suas autarquias e fundações da Câmara Municipal de São Paulo, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, dos seus conselheiros, fixa o limite máximo para concessão de aposentaria e pensões pelo próprio de Previdência Social do Município de São Paulo e autoriza a criação da entidade fechada da Previdência Complementar do Município de São Paulo, Sampaprev”.

É importante frisar que na forma do Art. 46, da Lei Orgânica do Município, o PL

621/16, não precisava de Audiência Pública, porém, na forma democrática é importante que aja a efetiva participação do funcionalismo publico.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Um momento por favor. Vocês não vão entender como irá proceder a audiência publica. Vou continuar falando.

O Art. 86, inciso 2º, o autor do projeto, governo, falará durante 20 minutos prorrogáveis a Juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

Paragrafo 3º, não pode desviar do assunto, nesse caso eu posso advertir ou cassar Os oradores, inclusive, Vereadores poderão falar por três minutos e resposta de três minutos para replica e treplica.

Gostaria de comunicar a presença dos Srs. Aurélio Nomura, Caio Miranda, Celso Jatene, Claudio Fonseca, Edir Sales, Janaina Lima, Reis, Jair Tatto, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Adriana Ramalho, Isac Felix, Ota, Dalton Silvano, Ricardo Nunes, Rodrigo Goulart, Soninha Francine.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line. Publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo nos dias 13 14 e 15 de março de 2008. Duas publicações em jornais de grande circulação: O Estado de São Paulo no dia 12/03 e a Folha de São Paulo no dia 13/03.

Foram convidados a participar dessa Audiência o Secretário Municipal de Gestão, Paulo Antonio Uebel; Conselheiro do IPREM, Claudio Costa; Secretário Municipal da Fazenda, Caio Megale; Superintendente do IPREM, Fernando Rodrigues da Silva, (Pausa) Não está presente...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Permita, Sr. Presidente, que eu também possa...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de falar para os Vereadores...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Gostaria de fazer uma homenagem a

Marielle Franco...

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Informo... Informo....

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – É regimental, é educado, é respeitoso que V.Exa. deixe que pelo menos um Vereador do PT expresse a solidariedade ao PSOL, a todos os amigos, aos companheiros e companheiras negras, a todas as raças. Queria Marielle Franco, uma heroína do povo brasileiro, amada por todas as pessoas que estão aqui presentes e pelo povo lá fora. Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Agradeço.

Retomando, gostaria de informar a todos os presentes que as inscrições para pronunciamento estão sendo abertas junto à Secretaria da Comissão.

Onde que está a Secretaria da Comissão...

Eu pediria a todos que fizessem a inscrição.

O SR. EDUARDO TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – No momento oportuno.

Nós vamos ouvir, como eu havia falado, durante dez minutos, o Secretário Paulo Uebel, o Secretário Megale; por três minutos, o Vereador Caio Miranda, que é o Relator. Vamos ouvir os representantes dos sindicatos, e, depois, aquelas pessoas que se inscreveram, cinco pessoas, cinco Vereadores, e assim sucessivamente. São três minutos; somente os secretários vão falar por dez.

Tem a palavra, nobre Vereador Eduardo Tuma.

O SR. EDUARDO TUMA – Sr. Presidente, é só para rapidamente fazer um pronunciamento e um pedido.

Aqui, aquiescer, como nós falamos, Vereador Claudio Fonseca, que o luto pelo assassinato da Vereadora não tem cor, não tem bandeira partidária, é um luto porque uma cidadã foi assassinada, e o repúdio é de toda a classe política, não somente da cidadania em

geral, mas a nossa também. Um de nós foi brutalmente assassinato na tarde de ontem. Então é uma manifestação pacífica do Senador Suplicy, assim como é de nós também – e eu sou Vereador pelo PSDB.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Um momento, por favor.

O SR. EDUARDO TUMA – Com toda a equidade que as vaias foram dirigidas a mim, para a gente promover um pouco de aplauso, eu queria que V.Exa. pudesse permitir, de forma brevíssima, que o Deputado Carlos Giannazi fizesse o seu pronunciamento. Peço desculpas por esse pedido extemporâneo, mas, já que o deputado está aqui, acho que valeria apenas ouvi-lo, porque ele vai tratar desse assunto, e não do assunto de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tá bom. Então eu gostaria de passar a palavra ao Vereador Carlos Giannazi.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, tem um parlamentar na tribuna.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Rapidamente, eu gostaria de dizer que ontem foi um dia muito triste para todos nós. Nós tivemos dois episódios terríveis no Brasil.

O primeiro episódio foi aqui mesmo na Câmara Municipal, onde nós tivemos o massacre das professoras – várias professoras massacradas, machucadas, agredidas, covardemente na Câmara Municipal, e lá fora também; professoras machucadas que hoje estão estampando os principais jornais do Brasil. É só abrir a *Folha de S.Paulo*, que os principais jornais mostram isso. E, depois, à noite, a morte da Marielle, que era uma mulher negra que morava na comunidade do Rio de Janeiro, mas que adquiriu consciência política, enfrentou as desigualdades econômicas e sociais, entendeu as verdadeiras causas dessas desigualdades, foi eleita Vereadora, uma das Vereadoras mais votadas do Rio de Janeiro, e combateu veementemente o crime organizado, a banda podre da polícia, e, sobretudo, as

milícias. Por isso que ela foi executada. E nós estamos exigindo uma intervenção, uma investigação da Polícia Federal nesse caso, porque é muito grave o que aconteceu. E, ao mesmo tempo, a morte dela representa crime de ódio contra os negros, contra as mulheres, contra a população LGBT e também a morte de centenas de pessoas do Brasil, que lutam, que combatem as desigualdades sociais e econômicas.

Hoje às 17h estaremos no vão livre do MASP fazendo grande manifestação de luta em homenagem a ela!

Conto com a presença de vocês.

Um abraço.

(Palmas)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – É importante cumprimentar Carlos Giannazi que ontem, até onze e pouco, ficou ali ao lado da mãe, Profa. Vera, e do seu filho, Leon, que levou um tiro que quase o cegou, precisou e estávamos lá, juntos. Queriam leva-lo à prisão! Mas ele acabou indo pra casa.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Todos querem falar. Quem já se inscreveu? (Pausa) Todos se inscrevendo, por gentileza.

Gostaria de iniciar o processo.

- Vários pedidos da palavra “pela ordem”.

O SR. JAIR TATTO – O Presidente da Comissão de Orçamento como também, vou dizer assim, convocador da plenária, teria preferência em começar uma fala neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu gostaria de passar a palavra...

O SR. JAIR TATTO – Eu solicito a palavra, como presidente e como convocador desta também, junto com a sua comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Claro. Na realidade, como reza o Regimento Interno, o primeiro a falar é o autor do projeto, que é o Governo, tem direito a falar

por 20 minutos. Depois o relator...

O SR. JAIR TATTO – V.Exa. me permitiria, como Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, apenas no sentido de ajudar no encaminhamento. Enfim, terminamos com os atos que houve, atos de desagravo. Precisamos agora ir ao tema, precisamos começar a audiência pública para tratar dessa vergonha que é a reforma da previdência, proposta pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu já estou abrindo, estou abrindo.

O SR. JAIR TATTO – Tudo bem, vamos então começar a audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Já estou abrindo.

- Pedidos da palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos começar a audiência pública.

- Pedidos da palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não tem a palavra! Vamos começar a audiência pública.

- Manifestação dos presentes.

- Pedidos da palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Terá a palavra o Secretário Municipal de Gestão, Paulo Uebel...

- Manifestação dos presentes.

(NÃO IDENTIFICADO) – Tem uma lista pronta do Governo, isso não pode! A pessoa tem que escrever na hora. É uma fraude!

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) –Vamos começar, nós vamos abrir...

Vamos começar ouvindo o Sr. Caio Megale por 10 minutos, por gentileza.

- Vários pedidos da palavra “pela ordem”.

O SR. JAIR TATTO – Vereadora Juliana Cardoso, Vereador Alfredinho, Vereador

Reis, Vereador Toninho Vespoli.

O SR. ALFREDINHO – As inscrições? Já abriu? Se não abriu por que a lista está pronta? Isso aqui não pode, não pode!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, por gentileza...

O SR. ALFREDINHO – Isso é manobra!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Pare com isso! Venha aqui, vamos conversar!

O SR. ALFREDINHO – Não pode ter lista pronta, isso aqui está cancelado!

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de falar o seguinte: vou consultar a secretaria...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vereadores, por gentileza, Vereadores! Vereador Reis, por gentileza, vamos ouvir o Secretário e enquanto isso vou consultar a secretaria.

O SR. JAIR TATTO – Vamos iniciar a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos iniciar o ouvindo o Secretário da Fazenda, Caio Megale, por 10 minutos.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado, Presidente. Queria cumprimentar toda Mesa, todos que vieram para esta audiência pública. É um tema importante. Essa é uma plenária para debate dos pontos desse projeto.

- Manifestação do público.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Presidente, pela ordem. Quero pedir licença ao Secretário.

- Manifestação dos presentes.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Presidente Aurélio, só vou fazer uma solicitação, com todo respeito à organização da Câmara. É muito constrangedor para todos nós Vereadores ter a polícia na frente, tapando inclusive...

- Manifestações no recinto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu queria sugerir que os policiais fiquem na lateral. As pessoas vieram para cá para fazer o debate, para ouvir. Ninguém veio para cometer ato de violência.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Claro.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Não veio para cometer ato de violência. Então, peço ao Presidente que a Guarda possa se posicionar ou atrás ou na lateral, mas não tapando inclusive a visão das pessoas, inclusive do expositor, Sr. Presidente. Obrigado.

- Palmas e manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vereador Claudio, eu já havia feito essa recomendação...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu já havia feito essa recomendação. Eu peço encarecidamente, novamente, à GCM que recue de lado ou fique atrás do palco para que nós possamos prosseguir os trabalhos. Por gentileza.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Podem sentar, mas não fiquem de pé, por gentileza, para não atrapalhar. Peço a todos que se acomodem, sentando; aí, a gente pode continuar. Vamos esperar...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Enquanto a GCM está se acomodando, vamos passar a palavra ao Secretário Municipal da Fazenda, Caio Megale. O senhor tem 10 minutos.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado, Vereador. É um prazer estar aqui presente à Câmara trazendo esse ponto, que é uma pauta tão importante da gestão pública do Município de São Paulo. Eu trouxe aqui uma apresentação com *slides* para ilustrar um pouco das razões pelas quais nós decidimos fazer esse movimento e mandar à Câmara; reforçar, na verdade, o projeto de lei que já havia sido enviado no passado. Reforçar esse projeto por conta desses números e desse diagnóstico que eu pretendo apresentar na minha fala inicial.

- Orador passa a referir-se a imagens projetadas em telão.

O SR. CAIO MEGALE - O primeiro *slide* mostra a evolução dos gastos previdenciários do Município de São Paulo desde 2008. A parte azul é a parte da contribuição dos servidores. A parte laranja é a parte da Prefeitura, da contribuição patronal; e a parte vermelha, a chamada insuficiência.

Os dados são públicos, estão no SOF e no Portal da Transparência.

Ao longo do tempo, nós vemos claramente que a parcela que cabe ao contribuinte vem crescendo. É aquela parcela vermelha. Em 2008, ela representava 1 bilhão. Em 2013, passou a representar 2 bilhões. Em 2016, 3,7 bilhões. Em 2017, 4,7 bilhões, mais ou menos.

A parte patronal e a parte do contribuinte também vieram crescendo.

- Manifestações no recinto.

O SR. CAIO MEGALE - O que é importante mostrar é que em 2008 nós tínhamos um equilíbrio entre essas três partes...

- Manifestações no recinto. O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. CAIO MEGALE - ... e esse equilíbrio foi-se tornando desequilibrado ao longo do tempo até o momento atual, em que o peso sobre o contribuinte, em que o peso sobre o pagador de impostos cresceu de forma exponencial e acabou ficando pesado demais; e a proposta é dar algum reequilíbrio. No entanto, mesmo com todo o projeto aprovado, a parte do contribuinte continuará sendo a grande parte do financiamento dos gastos previdenciários.

O próximo *slide* faz uma comparação da insuficiência da previdência, em vermelho,

com a arrecadação do IPTU.

Em 2010, as despesas previdenciárias representavam 50% do IPTU. Ou seja, o IPTU, que era pago por todos os contribuintes, era suficiente para financiar a previdência e ainda sobrava metade dessa arrecadação para todas as políticas públicas da cidade de São Paulo. A maneira como evolui nos últimos anos, o IPTU foi crescendo. Sabemos que nos anos de 2013 e 2014 houve uma nova Planta Genérica de Valores, que aumentou bastante a contribuição com o IPTU. Mas, a despeito desse aumento do IPTU, os gastos previdenciários, a insuficiência da previdência cresceu tanto que hoje já representa perto de 90% do IPTU.

Então, em que pese o aumento do IPTU nos últimos anos, 9 a cada 10 reais pagos de IPTU não vão para as melhorias na Cidade, como se espera do IPTU, mas sim para financiar a insuficiência da previdência e a contribuição patronal.

- Manifestações no recinto.

O SR. CAIO MEGALE – E se nós evoluirmos para frente, vai passando o efeito dessa Planta Genérica de Valores, o IPTU começa a se estabilizar nos próximos anos, só que a insuficiência da previdência continua a crescer.

Então, até 2020, no final desta gestão, teremos quase 110% do IPTU indo para a previdência; ou seja, todo o IPTU e mais um pouco, sufocando as demais áreas da Prefeitura.

Se passarmos para o próximo *slide*, faço uma comparação agora para o ano de 2018, projeções que estão oficiais, na Lei Orçamentária, entre arrecadação de IPTU e a previdência e arrecadação e o pessoal ativo. O IPTU hoje é suficiente para toda a folha de aposentados e pensionistas. O ISS cobre exatamente a folha de ativos. Ou seja, os dois principais impostos que os contribuintes pagam, que cada munícipe paga são suficientes para pagar exatamente a folha de pessoal ativo e aposentados e pensionistas. Continuando nesse ritmo, rapidamente o pessoal inativo vai chegar ao pessoal ativo, e vamos ter praticamente duas folhas de pagamento a cada ano: uma para o pessoal ativo e uma para financiar aposentados e pensionistas.

O próximo *slide* mostra por que acreditamos – isso são os números – que essa insuficiência tende a continuar crescendo ao longo do tempo se nada for feito. Essa é pirâmide etária dos servidores da Prefeitura – masculino em escuro e feminino em azul. Existem muito mais servidoras do que servidores. Nós percebemos que 70% dos servidores hoje já estão acima de 41 anos. Existem seis vezes mais servidores entre 51 anos e 60 anos do que entre 20 anos e 30 anos; ou seja, nos próximos anos, o ritmo de aposentadoria vai continuar crescendo, o que significa que a insuficiência da previdência,...

- Manifestações no recinto. O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. CAIO MEGALE - ... se nada for feito, vai continuar crescendo.

- Manifestações no recinto. O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. CAIO MEGALE – O próximo *slide* mostra outra razão pela qual cresceu a insuficiência, que é o aumento da expectativa de vida – é uma boa notícia -: expectativa de vida em idade de aposentadoria, tanto para mulheres como para homens. Essa expectativa de vida subiu 10 anos desde 1940, quando os primeiros planos previdenciários foram estabelecidos. Dessa forma, com o aumento da expectativa de vida – que é uma boa notícia – e com o aumento do número de aposentados a cada ano, aquela insuficiência tende a continuar crescendo.

O próximo *slide* mostra a distribuição de ativos e inativos – isso aqui a gente conhece -, como vai aumentando o número de aposentados e o de pensionistas que são financiados por aposentados.

O próximo *slide* mostra um fator que eu acho bastante importante para o servidor da ativa.

- Manifestações no recinto. O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. CAIO MEGALE – Há um argumento de que existe uma estabilidade da folha de pagamento em torno de 35% da arrecadação. É verdade. Em 2011, era 33%; hoje são 38%. Subiu um pouco. Mas o grande ponto é que os aposentados vêm crescendo num ritmo tão

acelerado que vem gradativamente comprimindo a folha de ativos. Na verdade, a incapacidade de dar aumento para a folha de ativos, a incapacidade de contratar mais servidores - a gente já vai percebendo que em diversas áreas da Prefeitura há falta de servidores -, essa insuficiência causada porque o aumento muito acelerado de aposentados e pensionistas comprime o 0,01. O 0,01 é o resultado direto da insuficiência crescente da Previdência.

Próximo *slide*.

Outro argumento é que está longe do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas se nós incorporarmos o pessoal terceirizado das atividades-fim da Prefeitura, nós estamos muito próximos do limite da aposentadoria.

Próximo *slide*.

E, por fim, uma comparação do *deficit* previdenciário com a dívida ativa da Prefeitura, que hoje é de cerca de cem bilhões, ou seja, dois terços do *deficit* previdenciário e boa parte dela já há algum tempo, desde a gestão passada, foi colocada como provisão para devedores duvidosos.

Dessa forma, em que pese a crescente recuperação de dívida ativa, ela não é suficiente para fazer frente ao *deficit* previdenciário.

Por essas razões, nós fazemos uma proposta para reequilibrar um pouco o que ficou desequilibrado nos últimos anos; uma proposta que, a nosso ver, é definitiva, porque cria um novo sistema de aposentadoria, que aí, sim, vai ficar equilibrado, e o aumento da alíquota de contribuição é necessário para financiar essa transição.

Por esses argumentos que eu coloquei, cabe ao gestor responsável, que se preocupa com as próximas gerações e se preocupa com a Cidade, propor um programa que reequilibre a Previdência, como é esse que nós estamos apresentando hoje.

Muito obrigado.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Secretário.

Registro a presença das Vereadoras Sandra Tadeu, Sâmia Bomfim e Juliana Cardoso, e dos Vereadores João Jorge, Fabio Riva, Adilson Amadeu, Gilberto Nascimento, Eduardo Tuma, Toninho Vespoli, Eduardo Suplicy, Zé Turin, Alfredinho, Senival Moura e Fernando Holiday.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra ao Secretário de Gestão Paulo Uebel, que terá dez minutos para se manifestar.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Registro a presença do sempre Deputado Adriano Diogo.

O SR. PAULO UEBEL – Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde. Cumprimento V.Exas. pela importância desta audiência pública, pois é fundamental debater esse assunto. O Governo fez uma proposta inicial que merece ser debatida e, certamente, aprimorada.

É importante iniciar falando um pouco...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PAULO UEBEL – Próximo *slide*.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. PAULO UEBEL – Os servidores ativos da Administração Direta...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, acho que a gente não pode...

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PAULO UEBEL – Nós temos um número de aposentados e pensionistas que veio crescendo significativamente, com mais de 44% de aumento. É um valor muito preocupante e que deixa o sistema numa situação muito delicada.

Próximo *slide*.

Os gastos com a folha de pagamento aumentaram mais de 120%. Esse é um número preocupante, pois são recursos que deixam de ser investidos em outras áreas.

Próximo *slide*.

Como já foi adiantado pelo Secretário Caio Megale, este *slide* mostra a faixa etária: mais de 70% do nosso quadro tem mais de 40 anos de idade; e aproximadamente 11% do nosso quadro ganha abono permanência, ou seja, não contribui mais para a Previdência. Isso contribui para que o sistema fique numa situação muito delicada.

Próximo *slide*.

Aqui um dado muito importante, o histórico de aposentadorias e de ingresso na Prefeitura. No último ano, batemos o recorde de aposentadorias: mais de sete mil e, mesmo assim, tivemos que fazer novas contratações, que são fundamentais para o serviço público. Nos últimos nove anos, mais de 180% foi o percentual de aposentadorias.

- Manifestações no recinto.

O SR. PAULO UEBEL – Próximo *slide*.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PAULO UEBEL – Isso mostra que há um *deficit* atuarial, trazendo a valor presente, nos próximos 75 anos, de 146 bilhões de reais. Algo impagável. Uma preocupação não só do Governo e dos servidores, mas também da sociedade paulistana.

- Manifestações no recinto.

O SR. PAULO UEBEL – Próximo *slide*.

Aqui vocês veem a evolução do *deficit*. Como vocês podem ver, nos últimos anos, já tivemos que colocar mais de 23 bilhões de reais, que saíram de áreas essenciais, de políticas públicas importantes para tapar o *deficit*, que, no ano passado, foi, como mostra o próximo *slide*, de 4,7 bilhões. Ou seja, com todas as contribuições dos servidores e com todas as contribuições do Município, ainda faltaram 4,7 bilhões. Para este ano, a projeção mostra que

vão faltar 5,8 bilhões; serão 5,8 bilhões a menos no Orçamento para investir em áreas essenciais.

O próximo *slide* retrata muito bem isso. Se não houvesse um *deficit* previdenciário, poderíamos dobrar o orçamento de 16 Secretarias, de 32 Prefeituras Regionais e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Ou seja, áreas importantes em comunidades periféricas, que precisam da Cultura e do Verde e Meio Ambiente. São áreas fundamentais, como habitação, moradias populares e UBS, que acabam ficando comprometidas.

Próximo *slide*.

Dez por cento das receitas totais da Prefeitura são destinados para apenas um por cento da população, o que acaba aumentando as desigualdades sociais e aumentando a concentração de renda na cidade de São Paulo.

Próximo *slide*.

Se compararmos a nossa aposentadoria média com a de outros entes, a nossa está superior. Hoje, na Prefeitura de São Paulo, a aposentadoria média é de 6.900 reais, muito maior que a média da de outros municípios e muito maior do que a da média dos Estados. É um valor, e muito, superior: mais de quatro vezes a mais do que a aposentadoria média do INSS de um brasileiro comum.

Por isso esta é uma discussão importante e fundamental que merece ser feita. Mas o mais draconiano de tudo isso, como mostra o próximo *slide*, é o histórico de aumentos, de leis aprovadas e de reajustes gerais dos últimos 15 anos: 0,01, o que é um absurdo.

- Manifestações no recinto.

O SR. PAULO UEBEL – Mas por que aconteceu isso? Não é coincidência. Como vocês podem ver pelos Prefeitos, não é uma questão ideológica.

- Manifestação no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PAULO UEBEL – O PSDB, o PP, o Democratas...

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PAULO UEBEL – Isso acontece por uma questão estrutural. Enquanto não for mudada a estrutura, o 0,01 vai continuar acontecendo.

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PAULO UEBEL – O 0,01 é a consequência de um modelo distorcido, insustentável. Isso precisa acabar.

- Manifestações no recinto.

O SR. PAULO UEBEL – Próximo *slide*.

Mais de 2.400 pessoas estão aguardando nomeação. Nós precisamos de mais servidores públicos. Por que não conseguimos trazer mais? Por uma questão estrutural, porque a Previdência não permite.

- Manifestações no recinto.

O SR. PAULO UEBEL – Nós precisamos reorganizar o sistema para poder trazer mais servidores públicos. A política atual está gerando um sucateamento do serviço público, e nós não podemos aceitar isso. Nós não podemos aceitar isso.

- Manifestações no recinto.

O SR. PAULO UEBEL – Próximo *slide*.

Quais, então, são as diretrizes da proposta? Em primeiro lugar, não mexer em direitos. Não podemos alterar idade mínima de aposentadoria, o tempo de contribuição, mexer com paridade e integralidade. Não podemos mexer com isso. Não podemos também reduzir salários; isso é inadmissível. Não podemos reduzir gratificações, incorporações, permanência; não podemos. Não podemos também deixar a conta só para o servidor. Não é culpa do servidor.

- Manifestações no recinto.

O SR. PAULO UEBEL – Isso aqui não é culpa do servidor. Isso é importante frisar.

- Manifestações no recinto.

O SR. PAULO UEBEL – E por isso tem que ser uma discussão importante nesse sentido. Nós precisamos criar as condições para dar um aumento geral. Os servidores merecem um aumento. Nós precisamos também permitir a contratação de novos servidores, nós não podemos aceitar um sucateamento da administração pública. Hoje está acontecendo um sucateamento porque o atual modelo impede a nomeação de novos servidores e nós precisamos nomear milhares de novos servidores para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos. Isso é o cerne da administração. Nós precisamos ter um Ipem forte, solido e qualificado. Precisamos da segurança e estabilidade e previsibilidade aos nossos servidores. O atual modelo não garante isso. O atual modelo não garante as aposentadorias, não dá segurança, previsibilidade e também precisamos garantir serviços públicos de qualidade. Isso é fundamental.

Aqui está o histórico das negociações, desde abril do ano passado, dialogando com os sindicatos, conversando, temos também um histórico das mudanças da previdência que ocorreram em nível federal, mudanças do governo FHC, mudanças do governo Lula, ou seja, previdência não é uma questão de governo, previdência é uma questão de Estado. Temos de olhar isso separando os partidos e pensando no bem dos servidores. Qual é o resumo do nosso projeto. São seis pontos. Primeiro: criar a previdência complementar e aqui é uma proposta que foi feita na gestão Haddad. Tem que cumprimentar a todos os Vereadores do PT, cumprimentar o Prefeito Fernando Haddad pela coragem de apresentar um projeto inovador, importante, fundamental. Vamos endossar esse projeto e fizemos alguns acréscimos. Segmentamos a massa, os novos servidores contribuem para o novo modelo. Fizemos também um aumento da alíquota básica de 11% para 14% e de 22% para 28% para garantir essa transição. Criamos uma suplementação de alíquota temporária para permitir a solvência desse modelo, numa faixa progressiva de zero a cinco por cento e para o município de 44% até 518.

Permitimos uma demanda antiga dos sindicatos. A possibilidade de capitalizar Iprem, com imóveis, com o fluxo da dívida ativa e também reestruturamos o Iprem. Aqui está a demonstração da tabela e isso poderia trazer aos cofres públicos mais de 370 milhões de reais fundamentais para qualificar a política pública, nomear novos servidores e dar um futuro reajuste geral. Esse aqui mostra o custo de transição, se fosse implementado no ano passado nós poderíamos até o final dessa gestão ter mais 2,6 bilhões de reais para investir em serviços essenciais na periferia, nas pessoas que estão lá na ponta e que dependem dos serviços públicos. Estamos reduzindo 52% os cargos. O Iprem precisa ser remodelado, reduzir o número de cargos. Temos um excesso de cargos, precisamos reduzir os cargos de livre provimento. Isso vai gerar agilidade no atendimento, ênfase no relacionamento com o segurado, fortalecimento da governança corporativa, uma carreira previdenciária melhor, uma gestão baseada em resultados para os aposentados e para os pensionistas.

É importante dizer que a sociedade valoriza esse tipo de assunto. Uma discussão similar no estado para criação da previdência complementar. Oitenta e sete por cento dos Deputados que foram favoráveis a essas mudanças foram reeleitos e isso mostra que nas urnas a sociedade valoriza mudanças estruturais que vão garantir a sustentabilidade do Estado, a melhoria das políticas públicas.

Por fim, não podemos nos esquecer das pessoas que não estão aqui neste debate. Mães que aguardam em filas de creches. São pessoas que hoje não são atendidas porque existe um déficit, doentes que aguardam vagas em hospitais, munícipes que reivindicam zeladorias, áreas que tiveram seus orçamentos reduzidos, cultura, meio ambiente, habitação e tantos outros. É uma discussão importante, parabênizo a Câmara Municipal pela coragem, agradeço a participação de todos. Estamos aqui para ouvir vocês, sugestões que podem ser incorporadas no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nós vamos agora passar a palavra a classe que está hoje representada. Os sindicatos e associações. Vamos começar pela

Aprofem. Eu gostaria, antes, de passar a palavra ao Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Quero rapidamente dizer que há uma profunda covardia aqui em manifestar esse esdruxulo protesto ao Fernando Haddad. Quero evitar o palanque no que diz respeito à ação política. Porque não estamos fazendo uma audiência pública com 500 pessoas aqui, estamos fazendo com mais de 80 mil pessoas que é a maior mobilização que já existiu nos arredores desta Casa.

Quero me dirigir rapidamente a cada Vereador desta Casa. Que olhem que pela primeira vez da história temos 100% de várias categorias mobilizadas e é verdade. Estou olhando para o nosso sempre Deputado Adriano Diogo, que já foi Vereador, Deputado Federal, Secretário. V.Exa. já viu tamanha mobilização? Cem por cento aderindo. Então quero fazer um apelo aos Vereadores que não é possível que quase 200 mil pessoas que são ativos e inativos estejam errados. Não é luta política, é a verdade. Quero encerrar minha parte dizendo que a Comissão de Finanças e Orçamento tem se dedicado a um estudo profundo. A Cetel que é a nossa assessoria técnica que é muito competente apontou, Secretário Caio Megale, que há um desmando enorme sobre os números que o governo apresenta. Esta Casa está dizendo. Para que tamanho sofrimento para resolver menos de 10% do rombo do déficit. Vale a pena essa luta? Quero aqui dizer aos nobres Vereadores do PT a gratidão de desde o primeiro momento nós não termos vacilado com relação a isso. Quero me referir aos Vereadores do PSOL que desde o primeiro momento e já quero a gratidão aos Vereadores Alfredinho, Juliana Cardoso, nosso líder Vereador Donato. Há Vereadores que já se manifestaram que do jeito que veio não dá. É um projeto que onera, maltrata o servidor e uma profunda covardia contra o Prefeito Haddad. Esse Prefeito não tem vergonha na cara de dizer o que ele oferece. Ele pega carona e quer jogar em cima de um senhor justo, honesto, que só ajudou os servidores de São Paulo. Obrigado. Somos 80 mil na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de chamar o representante da Aprofem.

A SRA. _____ – Boa tarde a todos eu vou ser o mais breve possível porque três minutos é um absurdo. Nós havíamos solicitado tempo igual ao do Governo para que pudéssemos contrapor os nossos estudos, nossos contra estudos que o Governo não negociou conosco.

Dizer que negociou é mentira, desculpem. Vocês sabem que não foi negociado. Inclusive, na última reunião de mesa, o Claudio disse que não adiantaria trazer o projeto para vocês porque não iriam concordar com nada. Isso é negociação? Não houve negociação.

- Manifestação do público.

_____ **A SRA.** _____ – Então nós temos estudos jurídicos demonstrando claramente inconstitucionalidades e ilegalidades do projeto, demonstrando que todo esse arcabouço que a Prefeitura apresenta para a gente, com estudos da Vesting, se basearam em premissas falsas. Dizer que uma contribuição provisória permanecerá provisória por 75 anos? Quem vai viver para ver isso aí acabar? (Palmas)

Isso é confisco. Nós temos sim argumentos contrários consistentes, mas não temos tempo para falar. Eu jamais, na minha vida, vi uma audiência pública tão cheia de policiais. Jamais presenciei uma forma tão truculenta de impedir que os servidores falem.

Conceder três minutos para cada um não dá tempo para articular um pensamento concreto, uma linha de organização de pensamento que dê conta de apresentar o que a gente quer dizer.

Só estou falando do ponto de vista do processo, da política. Não houve negociação, há uma pressa absurda em aprovar esse projeto, quando não há pressa para aprovar coisas que nós já negociamos no ano passado, que era a revisão dos benefícios, do vale alimentação

e refeição, que depois veio para a Câmara, junto com o 0,01% de 2016 e 2017, quer dizer: dá com uma mão e tira com a outra.

É muito complicado para a gente conseguir dizer que esta é uma audiência pública que está dando oportunidade aos servidores de se manifestarem.

Como já lembrou o Vereador Jair Tatto, que me antecedeu, esta não é uma audiência pública só conosco, tem todo o pessoal que está na rua, para demonstrar que nós não estamos brincando.

- Manifestação do público.

A SRA. _____ – Para demonstrar que nós sabemos o que estamos falando.

O problema maior desse PL não está apenas no aumento da alíquota da contribuição e nem na contribuição provisória, está nas outras questões: na segregação de massas, na criação de dois fundos distintos, está na securitização da dívida que é um cheque em branco para qualquer administração entregar dinheiro para as empresas e financeiras. É isso. (Pamas)

Não adianta vir com um projeto substitutivo desse monstrengo. Nós fomos contra o PL do Haddad, fomos sim, fizemos retirar e vem um mil vezes pior.

A única palavra que nos cabe, neste momento, é retira, retira!

Muito obrigada.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O próximo inscrito é o representante do Sinesp. O senhor tem três minutos. Peça para falar o nome, por favor.

O SR. JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA - Boa tarde, senhoras e senhores. Sou João Alberto Rodrigues de Souza, Secretário Geral do Sinesp, que está em greve por causa desse absurdo projeto que foi encaminhado aqui.

Na verdade, não é um projeto, mas é o tórumo da previdência do funcionalismo municipal. (Palmas) É isso que veio para cá.

Presenciamos agora o que o Governo vai poder dizer que negociou com os Vereadores. Porque é isso que ele faz com os sindicatos, chama o sindicato mostra uma planilha de gastos e diz que negociou com os sindicatos. Isso é negociação para este Governo.

Acabou de negociar com os Srs. Vereadores. Parabéns Vereadores, acabaram de negociar com o Governo. Foi isso o que o Governo fez e chama de negociação com os sindicatos. Essa é a tática desse Governo.

Nós não podemos aceitar que um Governo que dá 0,01% de reajuste para o funcionalismo queira aumentar a contribuição previdenciária em 73%. Isso é os 75 anos que vão levar para o funcionalismo conseguir recuperar esse dinheiro que estão enfiando a mão.

A assessoria desta Câmara mostra que é uma miséria o que eles vão arrecadar. Porque, na verdade, o aumento da arrecadação para 14% só diminui essa dívida em menos de 6%. A arrecadação dos 5% não dá nem 4% da dívida. Eles estão dizendo que vai salvar a previdência no Município de São Paulo. Diminuir a contribuição da Prefeitura pode, não afeta o sistema. Eles querem fazer uma mudança no sistema previdenciário à custa do servidor.

Passaram todas as aposentadorias para o Instituto de Previdência, mas não o capitalizaram, por isso, não tem rombo nem deficit no Ipem, tem sim uma dívida da Prefeitura no Ipem e querem jogar essa dívida no nosso bolso? Nós não vamos pagar essa dívida. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA – Nós não vamos pagar essa dívida. Nenhum direito a menos. Retira, retira e retira! Porque é um absurdo o que estão querendo fazer com o funcionalismo. Nós não podemos aceitar inconstitucionalidades do tipo de tentar burlar a isenção tributária do servidor somando os proventos do servidor. Na hora de pagar ele é dois, mas na hora de recolher, não, aí é um só, na hora de receber. Esses são os golpes que estão nesse PL.

O PL é tão ruim que não dá para fazer remendo, não tem como remendar essa porcaria, é um lixo. Nós exigimos: retira, retira, retira!!!

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O próximo inscrito é o representante do Sindsep. Gostaria de convidar o representante do Sindsep e gostaria já de convidar o representante do Sedin, logo depois do Sindsep. Tem a palavra a representante do Sindsep por três minutos.

A SRA. _____ – Boa tarde todos os companheiros e companheiras. Cumprimento primeiro os 80 mil trabalhadores que estão lá fora, firmes, nesta luta, gritando sem arrego. (Palmas)

Eu cumprimento os companheiros que estão presentes, cumprimento os Vereadores que ontem tiveram a coragem de se colocar contra esse projeto nefasto do Governo. Cumprimento os nossos companheiros que ontem foram feridos pela força policial, pela força militar, pela repressão, pela ditadura militar e que estão hoje internados no hospital do HSPM.

Solidarizo esses companheiros junto com a companheira do Rio de Janeiro que tiveram a coragem de executar.

Somos trabalhadores, senhores Vereadores, somos nós trabalhadores de todas as

categorias que fazem rodar a cidade de São Paulo. Vocês sabem disso? (Palmas)

Somos nós que fazemos a saúde, somos nós que fazemos a educação, somos nós que fazemos cultura, somos nós que fazemos a vigilância epidemiológica, somos nós que fazemos essa Prefeitura rodar. Eu pergunto para cada Vereador que está aqui como é que vocês têm a coragem de aprovar um projeto: primeiro, de um Governo que está morto, sabe por quê? Porque daqui a 15 dias esse Prefeito estará saindo da cidade de São Paulo, daqui a 15 dias, até o dia 7, esse Prefeito estará saindo da cidade de São Paulo, porque ele não tem nenhum compromisso com a Cidade.

Vocês estão apoiando o projeto de um Governo que está morto, que não teve vergonha de oferecer ração para as crianças, de mandar...

- Manifestação na galeria.

A SRA. _____ – Vou falar. De mandar colocar a marca na mão da criança para que ela não repetisse a merenda. Vocês estão apoiando o projeto de um Governo que está fechando unidades de saúde, são 108 unidades de saúde fechadas; que está tirando mil ônibus da Cidade. Vocês não têm vergonha de votar isso?

Eu pergunto para cada Vereador e quero perguntar, inclusive, a malinha de dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Concluindo, por favor.

A SRA. _____ – ...ela é tão grande assim? Para que vocês vendam a sua dignidade? Nós estamos pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O seu nome por favor para ficar registrado.

A SRA. _____ – Vereador, não vote esse projeto. Não vote esse projeto, porque se votar...

- Tumulto.

O SR._____ – Malinha não senhora. Malinha não senhora.

O SR._____ – Não existe malinha de dinheiro, não. Se a senhora faz acusação então prove. Sou eu que estou falando. Respeito é mútuo, dos dois lados não pode haver respeito de um lado só. Uma acusação como essa leviana eu não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, por gentileza.

O SR._____ – Não aceito, Presidente.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu pediria a todos silêncio para que possamos continuar. A próxima é a representante do Sedin. Peço que fale o nome para registro, por gentileza.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, a representante do Sedin está querendo falar.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos assegurar a palavra. Por gentileza. Vamos assegurar a palavra para a representante do Sedin. Por gentileza.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, peço a todos. Vamos assegurar a palavra à representante do Sedin.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Eu preciso falar.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, eu gostaria de passar a palavra à ex-Vereadora Claudete Alves, representando o Sedin, por gentileza. A senhora tem três minutos.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Boa tarde a todos e a todas, em especial aos guerreiros e às guerreiras que estão do lado de fora bravamente lutando pelos seus direitos.
(Palmas)

A minha fala aqui não vai ser para eles, não vai ser para quem está aqui, não vai ser para o Governo, mas vai ser para cada Vereador desta Casa. Porque eu já tive a felicidade de estar do outro lado. Eu conheço o Regimento desta Casa, portanto, hoje, para que ninguém aqui seja enganado, vou pedir para cada um dos Colegas Vereadores quem é contra e quem é a favor que se, de fato, vão dar uma chance para os servidores públicos municipais peçam ao Doria para tirar esse projeto da pauta, para uma checagem com uma auditoria no Tribunal de Contas aos números apresentados. (Palmas)

Eu sei que tem Vereador não prestando atenção na minha fala. Se vocês não quiserem ser enganados saibam que o Governo hoje já têm os números necessários para

aprovar a proposta. É verdade. O que temos de fazer? Sensibilizar os demais, que estão do outro lado, a votarem contra. E vou dizer para vocês que é possível. E por que é possível? Porque o Regimento permite obstrução de tudo nesta Casa, a partir de agora. (Palmas)

E, aí, só discurso não vai resolver o nosso problema. Queremos pedir para todos os Vereadores que já se posicionaram – e, aí, com todo o respeito aos demais -, se utilizarem de todas as táticas regimentais a partir de agora. Vou elencar cinco, para respeitar o tempo.

Informar aqueles que são da Base do Prefeito e que estão conosco, que se não retirarem o 621 saem da Base do Prefeito. A primeira coisa.

A segunda é declarar obstrução permanente para valer de tudo.

Debate de todos os projetos de acordo de Vereadores: obstruir, verificação de presença, adiamento. Enfim, é a nossa única chance.

Então, eu queria, com todo o respeito, pedir para os Colegas que estão do outro lado, porque, senão, já está dado. Vamos lutar, vamos espernear, vamos brigar, vamos convencer a população, mas, para finalizar, eu costumo dizer: Executivo algum, Prefeito algum faz nada sem a anuência desses senhores e senhoras. Portanto, discurso só não basta. Vamos obstruir tudo enquanto não retira, porque o problema existe. Queremos discutir. É verdade, existe, mas queremos nos contrapor aos números.

Portanto, obstrução já, porque só discurso não vai resolver o problema dos servidores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Gostaria de convidar o representante do Sindilex e também o representante do FASP.

Primeiro, o representante do Sindilex. Peço para que fale o nome.

A SRA. SÔNIA - Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Boa tarde, Servidores e Servidoras.

Meu nome é Sônia. Eu sou do Sindilex e integramos o fórum de entidades que está lutando contra o PL 621.

Gostaríamos de colocar o sentido da palavra audiência. Audiência significa ouvir e, aí, eu gostaria de perguntar aos membros do Governo se eles estão ouvindo, se eles estão sensíveis, e aos Vereadores também, se eles estão sensíveis aos apelos de todos os Servidores aqui presentes.

Segundo. Eu queria colocar aqui, será que os que conseguiram entrar aqui realmente representam os 80 mil Servidores que estão lá fora? Representam? Eu acho que é um número pequeno que está aqui, até porque têm muitos aqui que não são Servidores. (Palmas). Nós sabemos, olhando, quem é Servidor e quem não é.

Gostaria de colocar para vocês que, nesta questão da audiência, apresentamos aqui um documento com várias ilegalidades do projeto; fizemos seminário que apontava as inconsistências dos dados, a inconsistência financeira. Eu não sei se foram ouvidos.

Primeiro, colocar dessas inconsistências, que a Prefeitura não considerou, em seus cálculos, que em 75 anos a arrecadação também vai aumentar. (Palmas) Porque, da forma como vocês colocaram, vocês aumentam o déficit da Previdência e vocês não dizem qual vai ser a arrecadação. Então, fica, realmente, uma distorção.

Segundo, o TCM verificou que os dados do Iprem estão inconsistentes. Não daria para chegar à conclusão de que há um déficit, porque o banco de dados do Iprem é totalmente atrasado e inconsistente.

Terceiro. Vereador Caio, o senhor esteve no Sindicato e com a cara de bom moço, porque ele tem uma cara bonita, de bom moço, prometeu diversas coisas no sentido de levar as propostas que havíamos feito e os questionamentos. Nada foi feito. O parecer dele é a mesma coisa, e até piorado. Por que a PMSP não considera os sonegadores? A dívida dos sonegadores com a Prefeitura é enorme. A dívida dos sonegadores é enorme. Não se considerou isso. Perdoam a dívida e jogam a despesa de 19% em cima das costas dos Servidores.

Aumentam as terceirizações. Não fazem concurso. E, daí, o que acontece? (Palmas) Cai a contribuição do Iprem, o que faz aumentar o déficit.

Para concluir. Optam por confiscar os nossos salários

Por fim. A ingerência do Iprem foi o que causou todo esse rombo e nós não somos responsáveis pela ingerência do Iprem. Então, gostaríamos que dessem solução para isso sem confiscar os nossos salários.

Muito obrigada e boa tarde a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

O próximo é o representante da FASP. Por gentileza.

O SR. CÁSSIO – Boa tarde, Vereadores. Boa tarde, colegas.

Eu não vim aqui para me manifestar em nome da FASP. Meu nome é Cássio. Sou

Presidente da Federação dos Servidores da Prefeitura, e não vou me manifestar sobre o fato de que houve uma urgência e precipitação, por parte do Governo, em encaminhar, às vésperas do Natal, esse projeto. Não vou falar que, em função disso, esse projeto está equivocado, com graves falhas, inclusive em sua escrita. O artigo 30, do § 2º, por exemplo, se refere a incisos que não existem. Isso não foi visto, nem pela revisão, nem pelo relator.

Urgência. Por que essa urgência?

Projeto ininteligível. Não vou falar aqui, também, que tem pressupostos equivocados. Não há referência, no relatório dos consultores, que 40% dos ativos atualmente não têm direito à paridade. Eles recebem, quando se aposentam, 0,01%. (Palmas) Portanto, é equivocada essa projeção que foi feita.

Também não vou falar que é inconstitucional o confisco que está sendo proposto, de 19% do Servidor Público. Nada disso eu vou falar. Que a progressividade já foi considerada inconstitucional pelo STF. Anda disso falarei. Falarei de outra coisa, de outra situação. Das omissões que têm esse projeto.

Esse projeto não prevê, como o Estado prevê, como a União prevê, naquilo que se refere à reforma tributária, a previsão de regra de reajuste de aposentadorias. Não cumpre aquilo que é a obrigação, mas faz aquilo que é faculdade. Não faz aquilo que é determinado no §4º, do artigo 40. Cadê, Caio? Cadê, Prefeitura, a regra do parágrafo 8º do artigo 40? Por que a Prefeitura não exerce esse dever que ela tem de fazer? Qual é o reajuste de aposentar sem paridade? Não está previsto.

Caio, Caio das finanças, não vamos olhar a árvore. Vamos olhar a floresta e falar a verdade. O déficit, a insuficiência financeira, que tanto alardeiam, implica considerada essa insuficiência um comprometimento à receita corrente líquida de apenas 36%, com todas as despesas com o serviço público, ativo e inativo. Portanto, é mentira que não tem saúde e educação, porque 36% é o menor comprometimento de receitas correntes líquidas das capitais com serviço público. Outra mentira desse PL.

Então, o que eu queria afirmar, em síntese, é que esse projeto, Srs. Vereadores, Srs. membros da CCJ, por favor, atenção: esse projeto não pode ser tramitado como lei ordinária. Quando a Constituição Federal foi alterada, na emenda 21, para facultar uma nova atribuição para o Município para fazer o IPTU progressivo, não foi feito por lei ordinária. Primeiro se considerou que essa faculdade tinha de estar prevista na lei orgânica. Tem de ter quórum qualificado para exercer uma nova competência legislativa.

Sr. Vereador, quero que isso seja discutido. (Palmas e manifestações)

Peço a suspensão do meu tempo. Peço a suspensão do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não. Já acabou o seu tempo.

Vou suspender a sessão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos, sob a presidência do Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, pediria para todos sentarem para continuarmos a audiência pública. Por gentileza.

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de continuar a audiência pública. Pediria a todos que sentassem.

Vamos chamar o próximo, o representante do Fetam e o representante do Movimento Convoca Já. Por gentileza, o representante do Fetam. Por gentileza, fale o seu nome e a senhora tem três minutos.

A SRA. LUCIANA MARIA DE MELO – Boa tarde, meu nome é Luciana, sou Secretária de Formação da Fetam, a Federação dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado de São Paulo.

Boa tarde, guerreiras e guerreiros desta Cidade. Ontem foi um dia de luta, mas também foi um dia triste. O dia de mais um assassinato de uma mulher negra, mais um ato de violência.

Mas gostaria de lembrar que 73% desta Prefeitura são mulheres. E ontem vi mulheres sendo massacradas na frente desta Câmara. Vi mulheres aposentadas apanharem. Vi mulheres com crianças de colo apanharem, levarem bala de borracha. Isso é uma vergonha para a maior Cidade do país. É uma vergonha.

Mas quero dizer o seguinte, quando os senhores nobres parlamentares falam em investimentos essenciais, falam que o que vai ser economizado com a nossa Previdência será investido nas áreas essenciais, quero dizer com todo o coração, eu que rodo bastante esta Cidade, sobretudo, a região Leste, esta Cidade está uma calamidade. Um exemplo é a Saúde.

Nunca a Saúde chegou nesse ponto.

Há duas semanas um médico do Hospital do Tatuapé me ligou porque não tinha fio de nylon para fazer uma cirurgia. É isso gente, a Cidade é linda só no Facebook do Prefeito, porque quem depende das políticas públicas sabe que a Cidade está um lixo. E nós, servidores públicos, que além de levar as políticas públicas também somos usuários das políticas públicas sofremos duas vezes.

E para encerrar quero dizer o seguinte, sou uma das 70 pessoas que no ano passado ocupou esta Câmara de Vereadores contra o projeto de venda da cidade de São Paulo. Como vocês podem falar que querem investir nesta Cidade se querem vender a Cidade. No ano passado tivemos o projeto que autorizava privatizar, vender mais de 54 setores da Cidade.

Então não me venham com essa mentira deslavada. Esse PL 621 tira comida dos nossos filhos. Sou mãe de família. Não sou vagabunda como o Vereador coloca no Facebook. Não somos vagabundos não. Tenho filho para sustentar.

- Manifestações na plateia.

A SRA. LUCIANA MARIA DE MELO – E para encerrar quero dizer o seguinte, meu nome é Luciana Maria de Melo, meu RF é 7794622. Sou Bibliotecária, entrei na Prefeitura em 2009 e quero fazer uma denúncia. Há infiltrados aqui causando tumulto e colocando a culpa nos servidores. Não temos de aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria que a representante do Fepam fizesse um Boletim de Ocorrência para fazer essa constatação.

Gostaria de convidar o Movimento Convoca Já. Peço ao representante que fale o seu nome. O senhor tem três minutos.

O SR. JOÃO - Boa tarde a todos, meu nome é João, sou membro do Movimento Convoca Já que surgiu para a chamada de concursos da Educação. Sabemos bem que o déficit não só de professores, gestores, mas de servidores é gigantesco.

Esse déficit de servidores faz com que o Ipem deixe de arrecadar muito dinheiro. Para isso vocês deveriam estar lutando porque é emprego para a população. Vocês estão roubando os empregos dos eleitores de vocês. Muitos estão esperando. A Guarda Civil que está aqui sabe bem a defasagem de quadro em que estão. É uma vergonha. A escola em que sou coordenador não tem professor regente. Não adianta a gente ir atrás porque não tem. Não tem chamada. Não tem dinheiro. Provem que não tem dinheiro. Publicizem tudo. O portal de dados está sempre desatualizado. O número de dados dos servidores da Educação é de setembro do ano passado. Cadê os dados atuais.

Cadê os Vereadores, principalmente os que são contrários ao projeto, batendo de porta em porta, visitando as comunidades que votaram neles, falando dos seus projetos, defendendo seus eleitores. Cadê? Cadê vocês neste momento que não estão ao nosso lado, pois nós servimos aos eleitores de vocês. Queremos respeito da parte de vocês. Se vocês estivessem no nosso lugar não iam querer ter descontado do salário de vocês o que estão querendo descontar do nosso. É um absurdo. Vocês têm de se posicionar. Têm de ter coragem de dizer: sou favorável ou sou contra. Os eleitores têm de saber.

E saibam que nós servidores temos força com a comunidade. Se vocês votarem a favor saibam que vamos fazer o possível e o impossível para vocês não voltarem à Câmara. E queremos que vocês aguardem os dados do TCM. Quem tem de levantar dados não é a Fipe, como o Governo pediu. É o TCM, que é o órgão responsável pela fiscalização das contas. Aguardem os dados do TCM e retirem esse projeto maldito já.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de convidar o representante da AMAASP. Por gentileza, o senhor tem três minutos para fazer uso da palavra e pedir para que declinasse o seu nome.

(NÃO IDENTIFICADO) - Bom dia a todas e a todos. Sou representante de uma associação dos AGPPs e agentes de apoio da Prefeitura da Cidade de São Paulo. São categorias do nível médio e categorias do nível básico.

E a minha palavra vai ser dirigida em torno da incoerência que essa gestão vem atuando. Incoerência de que antes de vocês assumirem o cargo de vocês nós os procuramos e expusemos todas as dificuldades e adversidades que essas carreiras estavam passando. A principal delas é com relação aos assédios que sofremos. A principal delas está voltada ao atendimento que esses servidores acabam tendo em forma de punição, de represália porque se colocam contra, em alguns momentos, às tomadas de decisões que vocês estão fazendo.

Tomadas de decisões que influenciam nosso dia-a-dia. Influenciam as nossas vidas. E muitas das palavras do Sr. Claudio Costa dirigidas a nós era: apresente projetos. Se houver projetos em que não há custo vamos executar. Nós apresentamos após um grupo de trabalho específico para as nossas carreiras denominado GP de mobilidade, em que a principal situação era que não ocorressem mais assédios. Era a situação em que os AGPPs da Saúde pudessem ascender em suas carreiras porque a Saúde não oferece nada para eles. A Saúde que já está em mais de 70% de organização social ainda diz que precisa dos AGPPs e por isso não pode liberar.

A mesma coisa para a Educação. E aí se reclamamos alguma coisa vocês vão lá, muitos dos gestores que deveriam ganhar os oscars de políticos vão lá e fazem o quê? Você vai para o atendimento, você não vai mais ficar em recursos humanos, você não vai mais ficar em suprimentos, manda lá para o atendimento. Para quê? Para sucatear nossa imagem, porque aquele servidor não tem motivação interna nenhuma de atender porque está sofrendo represália.

E há mais de um ano esse projeto foi concluído, a gente vem em todos os encontros, olha, nós AGPPs atuamos em RHs. Nós oferecemos nossa mão de obra, vocês não executam. E ainda o Claudio Costa teve a oportunidade de virar para mim e falar: a Prefeitura é ineficiente. E a resposta foi: começa em Cogep. Começa numa líder, numa gestora que sequer consegue controlar sua equipe, proporcionar um ambiente organizacional adequado. Mas o que vocês fizeram? Parece que fecham os olhos, tampam as orelhas e fecham a boca. Parece

que é isso.

Por favor, Toninho, com licença; Fernando Holiday, você tem os seus representados, você tem o seu público, nós não somos vagabundos. Nós não temos privilégios e mamatas. Se temos que especificar quais são, porque isso está se tornando assédio moral com os servidores. Se existe diga quais são. Diga. Não fale isso.

Para finalizar, mamata e privilégio tem o pessoal do MBL que assume prefeituras regionais para ficar postando em Facebook...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Concluindo. O próximo orador, gostaria de chamar a Associação da Câmara Municipal de São Paulo.

(NÃO IDENTIFICADO) – Posso falar por mais 20 segundos pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O senhor já ultrapassou mais, muito mais...

(NÃO IDENTIFICADO) – Mas estou há dois anos esperando.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Temos várias pessoas para falar. Por gentileza...

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu marco frequência eletrônica. Olha lá o meu ponto pra ter de ouvir que sou vagabundo e que recebo privilégio. Pode olhar lá o meu ponto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria que o representante da AMAASP, depois passasse os seus dados para o Secretário, acho que dentro dessa posição pode passar com tranquilidade.

Gostaria de chamar o representante da Associação dos Contadores do Município de São Paulo. Por gentileza fale seu nome, o senhor tem três minutos.

(NÃO IDENTIFICADO) - Boa tarde a todos e a todas aqui presentes e uma especial boa tarde aos nossos companheiros e companheiras que estão lá fora, mais de 80 mil servidores e servidoras. É um privilégio estarmos aqui hoje fazendo uso da fala, mas se isso fosse uma audiência pública legítima estaríamos com 80 mil servidores representados

participando do processo.

Penso que este processo está eivado a uma ilegalidade porque isso não é audiência pública. Algumas pessoas aqui estão como eu porque nos inscrevemos, porque assim foram dadas as regras, mas audiência pública o nome já diz, é público. E cadê o público que está lá fora? Não está aqui. Se não tem capacidade que viabilizasse um espaço maior.

Essa audiência pública, no meu ponto de vista, tem algo de ilegal. Vamos ao que interessa também, porque isso que te falei é muito importante.

Sras. e Srs. Vereadores, quando se fala em investimento na saúde, quando se fala em investimento na educação, na habitação, na cultura, no esporte, no lazer se fala em servidor. O maior investimento nessas áreas é investir no servidor. Isso tem de ficar muito claro. Por outro lado, não é investir no servidor, reduzindo a sua capacidade financeira para sustentar a sua família. Isso não é de maneira nenhuma um substitutivo, aumentar a contribuição previdenciária para gerar fluxo para poder investir supostamente na saúde, na educação como tem falado.

Então, um bom investimento nas áreas essenciais, em especial saúde e educação, é necessário investir em servidores, é fazer a correção salarial minimamente, conceder aumento na medida do possível, mas sobretudo corrigir salário de servidor e não retirar salário.

Então, o que pedimos é retirar esse projeto. Retirada do projeto! Retira o projeto!

E concludo a minha fala pedindo encarecidamente que seja retirado esse projeto e que possamos fazer um debate aprofundado, onde teremos a oportunidade de demonstrar que existem outras alternativas para salvar eventuais problemas financeiros da prefeitura e não jogando essa conta nos nossos ombros. Muito obrigado. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Gostaria de passar para o representante da Anis. Antes de passar, gostaria de saber se alguém é dono deste celular, que foi encontrado no chão. Se alguém perdeu um celular, compareça na mesa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos continuar. Por gentileza, o representante da Anis, o senhor tem três minutos. Gostaria que o senhor declinasse seu nome. O próximo é o representante do Sinpeem.

O SR. FELIPE – Meu nome é Felipe, sou da Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura de São Paulo. Gostaria de chamar a atenção porque a gente certamente está vivendo alguns dos momentos mais tristes desta Câmara quando vimos ontem coisa que não presenciamos nem nos piores e mais conservadores governos que tivemos do Jânio, do Maluf. A tropa de choque e secundada pela Guarda Civil Metropolitana precisando colocar servidores para fora. Isso mostra o seguinte: que de fato esse é um projeto, de fato, tão truculento, tão cruel com o servidor que o método não pode ser outro. Não é isso? O método tem de ser o de fazer de conta que existe um debate, mas na verdade o método é a repressão, é o cassetete, é o gás de pimenta, a bala de borracha.

Eu preciso dizer para todos os senhores vereadores que nós, servidores, estamos dispostos sim de fazer o debate. Não nos interessa o tumulto e nos interessa fazer o debate com cada um dos senhores. Inclusive, os senhores que ontem aprovaram a constitucionalidade de um projeto que é eivado de inconstitucionalidades. Nós gostaríamos sim de fazer o debate com os senhores para mostrar o seguinte: nós não nos furtamos a ele, nós não vivemos só de grito, para mostrar que os dados do governo são grosseiras falsificações, nenhum desses dados ficam de pé, desde que os senhores nos deem a oportunidade de conversar. Nos deem uma audiência e cada um dos senhores procurem nos demonstrar que existe inviabilidade do Tesouro, que existe inviabilidade da nossa aposentadoria e que existe déficit. Se os senhores puderem nos convencer disso matematicamente, nós vamos embora. Só que na verdade vocês não têm argumentos. E essa é exatamente a questão. Sabe por quê? A gente tem pouco tempo para falar. É exatamente isso que eles querem. Vou dizer o seguinte: uma aumento que envergonhadamente o prefeito não assume, ele vai dizer que vai aumentar para 14%? Não, ele

vai aumentar para 19%. E os servidores pagam até 27,5% de uma tabela de IR que nunca é reajustada. Ou seja, nós contribuimos com quase a metade dos nossos salários, para nossas aposentadorias e sempre contribuimos.

Mas, eu preciso falar rapidamente sobre algumas mentiras. Por exemplo, uma mentira deslavada: não é possível que os senhores vereadores aceitem aprovar um projeto com fundamentos como esse, que em 2015 teremos 26 bilhões gastos com aposentados. Sabem o que significa isso? Significa dizer que os aposentados, daqui a oito anos, vão estar recebendo mais do que o dobro. Sabem como eles chegaram a esse cálculo? Eles pegaram um estudo atuarial que não tem nada a ver com a realidade atual e mandaram aplicar juros de 6% ao mês, aumento real, IPCA e chegam a esse resultado que diz que lá e daqui a 75 anos, o gasto vai ser de 146 bilhões para mortos. É isso que estão querendo dizer, querem passar esse cachorro na gente e querem que a gente acredite.

Então, vou exortar aqui que os senhores vereadores nos deem efetivamente o tempo para conversar com os senhores e não aprovem esse projeto. Não atrele o seu projeto pessoal a essa aventura desse prefeito que não honra sequer com a sua palavra e está abandonando a prefeitura pela porta dos fundos e vamos repetir aqui, quem votar não volta!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Gostaria de passar a palavra ao representante do Sinpeem. Por gentileza, diga o seu nome, tem três minutos.

A SRA. PATRÍCIA PIMENTA - Antes de falar o meu nome, eu gostaria de dizer que já somos mais de 100 mil. E a esses 100 mil que o Sinpeem fala aqui, por meio da minha pessoa, Patrícia Pimenta, diretoria do Sinpeem.

Muito se ouviu, inclusive que o governo não nos chamou para negociar. Nós não negociamos projeto que confisca, que rouba o salário do servidor. Essa é a verdade. E se esta Casa aprovar esse projeto, ela está legalizando o roubo. O roubo de trabalhadores, o roubo de pessoas que saem 5h da manhã e voltam às 21h. É isso. E pessoas que me antecederam

falaram da obstrução. Obstrução, sim, permanentemente. Mas obstrução não basta, é a retirada desse projeto. E se o Doria não retirar esse projeto, é vocês assumirem a responsabilidade do voto contrário. Votar com o povo porque somos 100 mil nas ruas hoje, mas muitos profissionais de educação não puderam vir. Sabe por quê? Porque o que gostaríamos muito de negociar não é negociado com o nosso povo. Gostaríamos de negociar as nossas condições de trabalho, gostaríamos de negociar as nossas salas com 35 alunos. Nós gostaríamos de negociar a educação inclusiva, a terceirização que é um câncer no serviço público. Nós não queremos negociar o roubo do salário dos servidores, porque aqui não tem negociação. Isso é hipocrisia desse governo. Inclusive, não dá para ficarmos desse lado, ouvindo e vendo sorrisinho hipócrita e irônicos de quem deveria estar aqui para defender o direito do povo.

Se tem um déficit, ele tem de ser pensado sim. Mas olha esta Casa tão luxuosa, ela não é a casa do povo? O povo é simples, é humilde. Olhem quanto que se gasta com luz, com energia elétrica, com lâmpada. Vamos começar a meter a mão nos bolsos dos banqueiros, nas isenções que existem para o empresariado. O governo Doria quer aprovar essa proposta para ficar bem com quem? Com os amiguinhos empresários e é isso que não aceitamos.

Ontem, sofremos vários ataques à nossa moral. Dizer que queríamos invadir uma Casa que é nossa. Nós queríamos ocupar o que é nosso de direito. E não vamos admitir que nenhuma gota de sangue do trabalhador suje as ruas da nossa cidade. Estamos aqui e nos orgulhamos, Holiday, por sermos as professoras que o ensinaram a ler. Pena que o conhecimento que adquiriu, você não usa para defender os menos favorecidos e os mais atacados.

Quero dizer diretamente para o Paulo, da Secretaria de Gestão, que falou que o 0,01% era consequência dos gastos da prefeitura. Quero dizer que a seguridade social que é responsável por dar assistência social, saúde e aposentadoria para os servidores públicos, não é gasto, é investimento, é devolução. É devolução do suor, do esforço e da dedicação de cada

servidor público que está trabalhando nos postos de trabalho para oferecer um bom serviço com as baixas condições que tem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, concluindo.

A SRA. PATRÍCIA PIMENTA – Todos ultrapassaram o tempo. Pela retirada do projeto, nenhum centavo a mais dos 11% que já pagamos. Pela retirada do projeto já!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de abrir a palavra ao superintendente do Ipem, Sr. Fernando Rodrigues da Silva, que terá três minutos.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde, servidores, meus colegas Secretários Municipais, vereadores. Nos três minutos vou falar basicamente que a previdência do Município de São Paulo precisa passar por um processo de reformulação. Há a necessidade de enfrentar um problema. O Brasil passa hoje por uma crise fiscal evidente. Essa crise fiscal demonstra que alguns entes da federação não estão conseguindo sequer arcar com o compromisso e com o contrato previdenciário, que é pagar para aqueles que contribuíram.

A proposta apresentada visa enfrentar de forma frontal esse tema. Não está prevista na proposta uma alteração, uma reformulação estrutural no sistema. E sim aspectos relevantes do ponto de vista da forma de financiamento.

Em 1998, a Constituição foi alterada para o modelo dos servidores e também do regime geral ser contributivo. Mas entre nós, no Município de São Paulo, ele só passou a ser contributivo em 2005. E mesmo em 2005, ele já começou, já iniciou deficitário. A forma da Constituição, do modelo previdenciário em 2005 merece uma reformulação. E essa reformulação merece passar por alteração do modelo de financiamento, por fortalecimento de uma entidade de previdência única e pela criação de um modelo de previdência capitalizado para gerações futuras. Isso significa que é necessário que o Município de São Paulo, os servidores e a sociedade paulistana enfrentem de uma forma diferente de outros entes da Federação, que não enfrentaram; ou seja, colocando o problema do deficit previdenciário. No

caso, também o problema da desorganização previdenciária que existe entre nós desde quando foi criado o Regime Próprio do Município de São Paulo, que nasceu deficitário e não foi criada uma poupança previdenciária para fazer frente à necessidade de pagar o benefício previdenciário.

Das medidas que estão sendo propostas, prevê-se o equacionamento do deficit pelo aumento da alíquota não só do servidor, mas também a patronal. Estão previstos aportes de bens e direitos para fazer frente a esse deficit previdenciário. O fato de não enfrentarmos... Algumas falas têm sido feitas aqui no sentido de que a gente tem que estar pronto para o debate, para ouvir os números, que os números talvez não estejam num patamar adequado; mas quando a gente vai enfrentar e colocar os números, a gente não tem espaço para ouvir e para fazer esse debate da forma como deveria.

- Manifestações no recinto.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Então, há uma necessidade de se fazer a reformulação previdenciária para o pagamento dos benefícios previdenciários. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nós vamos encerrar as inscrições. Já temos 47 inscrições. Vamos passar agora a palavra aos Vereadores. Falarão 4 Vereadores dentre os senhores presentes, começando pelo Vereador Caio Miranda Carneiro. V.Exa. tem 3 minutos.

- Vaias e manifestações no recinto.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Boa tarde a todos e todas. Tenho três pontos bem importantes para falar.

- Manifestações no recinto. O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Eu conversei com o colega Claudio Fonseca, que, desde o início, tem feito combate ao PL contra a reforma da previdência. Ele esteve na reunião com o Prefeito João Doria e falou na cara do Prefeito que era contra o PL e que iria dar

o melhor dele contra esse projeto.

- Manifestações no recinto.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Portanto, defensor digno das categorias e do interesse de vocês. Agora, especialmente professoras e professores têm que fazer o combate, como estão fazendo na rua, na paz, e não com violência.

Na internet, o Holiday se desculpou. A gente está levando essa discussão para um caminho horroroso. A Guarda Civil Metropolitana também é composta de servidores que serão atingidos por essa reforma.

- Manifestações no recinto.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – As entidades sindicais que falaram aqui antes vieram procurar a gente, eu recebi todas; e o ponto principal é o tal dos 5%, é a suplementar. Porque, no íntimo, quem é responsável sabe que deixar como está é demagogia, é populismo barato. E por mais que as projeções que o Executivo apresentou no início, e o colega da Anis contestou, estejam erradas, o déficit do ano passado, de 4,7 bilhões, ninguém contestou, inclusive o CTEO, desta Casa.

- Manifestações no recinto.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Quem está pagando essa conta é o aposentado do Regime Geral do INSS, na hora em que paga o IPTU. Então, não adianta vir negar um déficit que é de 4,7 bilhões.

- Manifestações no recinto.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – E sabem o que é pior? Esse comportamento, achando que os Vereadores da CCJ têm o poder de decidir sozinhos um tema dessa magnitude. É totalmente infantil, parece movimento estudantil de colégio e de faculdade. Lamento profundamente. Quero mesmo que o Executivo pense nos 5%.

E para a colega servidora que veio aqui e falou de mala de dinheiro, péssimo exemplo que a senhora dá para os seus representados, péssimo exemplo, generalizando.

Porque tem sindicalista ruim, ladrão, bandido, desonesto, tem político desonesto, tem policial, tem professor ruim também. Generalizar e atacar não é o caminho.

Portanto, venho aqui com a maior tranquilidade, sabendo que quem defende deixar a Previdência como está, está contra a cidade de São Paulo e está contra vocês. Vocês vão levar calote em menos de dez anos se não mexerem nisso aí.

Muito obrigado e contem comigo para trazerem demandas concretas. Um abraço.

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O próximo orador é o Vereador Claudio Fonseca, que tem três minutos para fazer uso da palavra.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente...

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, nobres Vereadores e Vereadoras, Secretários de Governo que aqui estão, o Vereador Caio fez referência a uma reunião que aconteceu aqui na Câmara Municipal na primeira terça-feira deste mês. O Prefeito tem vindo sempre na primeira terça-feira do mês à Câmara Municipal...

- Manifestações no recinto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Pessoal, é importante para a nossa organização, para a nossa luta e para a defesa que nós temos feito para que o projeto não seja votado, para que ele seja retirado, como nós temos defendido.

O Prefeito vem a todas as primeiras terças-feiras do mês, e o Caio fez referência a uma intervenção que eu fiz. Nesta reunião com os Vereadores, estava também o Vereador Suplicy, porque a reunião com o Prefeito é aberta a representantes de todos os partidos. Na oportunidade, eu disse ao Prefeito que não seria um combate do *deficit* público ou *deficit* da Previdência eficiente a aprovação desse projeto de lei. Mais do que isso: que os próprios

números que foram trazidos juntamente com o projeto são discutíveis. Tanto que foi solicitado inclusive ao Tribunal de Contas do Município que se manifestasse em relação aos números que foram apresentados para subsidiar a afirmação de que há um *deficit* crescente que pode chegar, em 2025, a 21 bilhões. A própria Câmara Municipal, por meio do Centro Técnico de Economia e Orçamento, fez um estudo, por solicitação minha e também do Vereador Caio Miranda, e eles chegaram à conclusão de que é discutível a afirmação desse crescimento do *deficit* acumulando-se em 21 bilhões até 2010. E, ao final, disse que nesse período o *deficit* poderia chegar a 7,8 bilhões.

Mas, para nós, o que significa o *deficit* previdenciário? É necessário que se diga, pelo Governo, que as despesas com pessoal ativos, aposentados e pensionistas correspondem hoje a 38% das despesas correntes liquidadas. O recurso do Tesouro que paga o salário do ativo paga o provento do aposentado e o provento dos pensionistas, somando 207 mil servidores, ou seja, 38% das receitas.

Afirma-se o *deficit* e afirma-se inclusive que essa é uma reforma que não vai tratar da questão da paridade e da integralidade. Mas não precisa, porque, na verdade, os servidores públicos já não têm nem paridade nem integralidade.

- Manifestações no recinto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Isso foi alterado em 31 de dezembro de 2003. Servidor que ingressou a partir dessa data não tem mais paridade nem tem mais integralidade; é o cálculo pela média. E a proposta do Governo que cria o regime de previdência complementar traz também a fixação do teto de aposentadoria igual a do INSS. Para mim isso também é o fim da paridade e da integralidade. Reformas da Previdência têm sido realizadas sempre com a afirmação do combate ao *deficit* público. Quem dera se reconhecessem que também a corrupção tem acabado com a Previdência no Brasil.

- Manifestações no recinto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Quem dera se reconhecessem que o recurso público

tem sido subutilizado. Eu não vou estender muito, porque a audiência pública é voltada para o público falar e foi importante todos aqui que estavam a falar.

Lá fora, temos mais de 100 mil pessoas, também dizendo: “Não, não e não. Nenhum centavo a mais além dos 11%”. É o que está sendo dito por 100 mil pessoas que contribuem também à Previdência.

Por fim, eu vou dirigir uma pergunta ao Fernando, que eu já não o vejo desde... o vi em 2015 ou em 2016 e o vejo agora. Não existe demérito algum, isso não é uma acusação, com todo respeito. O Fernando foi superintendente do Iprem na Gestão do Haddad. E, naquele período o Fernando estava discutindo a questão do regime de previdência complementar, quando veio na versão do 558, depois do 652. E ele só trouxe o regime de previdência complementar. Não propôs o aumento da alíquota para 14%. Só criava o regime de previdência complementar. Então, não tinha problema em criar o regime de previdência complementar e combatia o déficit. Agora, é uma pergunta, Fernando. Você continua superintendente do Iprem na gestão do Doria e, aí, apresenta uma proposta para elevar de 11 para 14%. O que mudou? Lá era só para criar o regime de previdência complementar sem aumento da contribuição, sem aumento. E, agora, tem o aumento da contribuição. É a pergunta que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Tem a palavra o Vereador João Jorge, Líder do Governo.

O SR. JOÃO JORGE – Sr. Presidente e Srs. Vereadores...

- Manifestações.

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. JOÃO JORGE – Isso. Esse projeto, na verdade, é importante que se diga que é uma questão de necessidade e responsabilidade.

Eu queria provar provando que é uma necessidade e um ato de responsabilidade. O projeto original 621 é de iniciativa do Prefeito Haddad, do PT. Olhe só, o PT, Haddad, mandou o projeto da Casa em meados de 2016. Sob os apelos para retirar às vésperas da eleição, o Prefeito retirou o projeto. O Prefeito Haddad retirou o projeto.

O que o Prefeito Haddad fez depois das eleições? O Prefeito Haddad achava que retirando o projeto ele teria popularidade maior para concorrer às eleições de 2016. Ele retirou o projeto e teve 14% nas urnas. Não adiantou. Não deu resultado.

O que o Prefeito Haddad, do PT, fez depois das eleições de 2016? Reapresentou o projeto. Reapresentou o projeto. Por quê? Porque ele é cruel? Porque ele odeia Servidor? Claro que não. Porque havia a necessidade. É uma questão de necessidade e responsabilidade.

Hoje, estamos em uma audiência pública. O que esperamos, Vereadores e Governo, é a contribuição de sindicatos, associações, representantes daqueles que são Servidores. E eu digo, aqui, com todas as letras, valorosos Servidores Públicos Municipais: valorosos Professores, Médicos, Trabalhadores, valorosos Aposentados e Pensionistas.

O que nós precisamos, e é importante a Câmara Municipal de São Paulo e os representantes do Governo Municipal, que estão aqui, Secretários da Fazenda, Secretário de Gestão, estão esperando a contribuição. Mas o que eu vejo é que não há vontade de contribuir com o projeto. Pelo menos aqueles que estão aqui neste plenário não querem contribuir, não querem ouvir, querem a gritaria, querem falar, querem manifestar com essa maneira desorganizada, que nada contribui. Quando dizem que lá fora têm 50, 70, 80 mil Servidores, eles esperam que seus representantes, aqui dentro, deem a sua contribuição. Cadê a emenda? Cadê a sugestão? Qual artigo vocês querem mudar? Qual parágrafo vocês querem alterar? Qual alteração? Qual a contribuição? Nós estamos esperando.

Eu, como Vereador, as comissões aqui, estamos esperando. Senhores que estão do lado de fora, Trabalhadores, Servidores, Aposentados e Pensionistas, as suas contribuições são bem-vindas. Nós a (sic) estudaremos. Nós veremos o que é possível e o que não é possível para enriquecer o projeto. Porque, se nós não fizermos, daqui a pouco alguém fará. Tudo é uma questão de necessidade e responsabilidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

O próximo orador é o Vereador Reis.

O SR. REIS – Boa tarde, Povo de luta!

Eu quero, primeiro, dar os parabéns a todos vocês. Realmente, os Servidores Públicos vieram em peso. (Palmas)

Lá embaixo são centenas de milhares para dizer “não” à reforma da previdência. Eu quero pedir aos integrantes do Governo, sua Base aliada, para não tentarem botar a culpa no Governo anterior, porque tudo o que acontece neste Governo, eles culpam o Governo anterior. Já estão há um ano e três meses governando! (Palmas) Há um ano e três meses governando e

não conseguem governar, não conseguem fazer as coisas, apenas destruição de tudo aquilo que já foi feito. Destruição dos serviços de saúde, dos serviços de transporte, dos serviços de zeladoria e, agora, destruição da previdência dos Servidores.

Então, eu quero dizer aqui..., inclusive eu fiz algumas perguntas ao Caio. Eu falei: “Caio, o projeto que veio na época do Prefeito Haddad previa aumentar de 11 para 14% para quem ganha até o teto?” Ele me falou: “Não”. “O projeto previa aumento de 11 até 19%?” “Não”. “Prevvia securitização?” “Não”. “Prevvia dois fundos?” “Não”. “Ele previa a criação de 175 cargos para o Iprem?” “Não”.

Então, gente, tenha coragem. Governo, não seja covarde! Está sendo covarde este Governo! (Palmas) Chega aqui e fala: “Este projeto é nosso. Vamos enfiar goela abaixo”, é isso o que eles querem fazer, enfiar goela abaixo do Servidor.

E outra coisa, é fato o que foi dito aqui: o imposto de renda, que vocês pagam, fica também no Município. Todo imposto de renda. Os 27,5%, que são descontados, ficam no Município. O imposto de renda dos Servidores não vai para Brasília. Ele é repassado, aqui, para o Município de São Paulo. Então, são 27,5% de imposto de renda, 19% de previdência que ficarão aqui. Realmente é confisco!

E eu acho que o Governo... Lá no *Programa do Ratinho*, tem um quadro humorístico, que eles falam: “Deu mel”. Eu acho que, da forma que o Governo conduziu esse processo, deu mel. Então, o Governo tem de recuar. O Governo tem de ouvir vocês, tem de ouvir os Servidores, retirar esse projeto e começar do zero. Retira! Retira! Retira! Retira! Retira! Retira!

- Manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado.

Gostaria de chamar o Professor Floreal Marin Botias Júnior.

O SR. FLOREAL MARIM BOTIAS JÚNIOR – Boa tarde a todas as lutadoras e a todos os lutadores presentes aqui nesta Casa.

Queria lembrar de que na década de 70 a brilhante escritora Ruth Rocha escreveu um livro, que parecia ser um livro infantil, mas, na verdade, havia ali uma mensagem. E o livro chamava-se *O Reizinho Mandão*. (Palmas) E ela fazia uma denúncia: a ditadura, que não tinha argumentos, usava da violência e da truculência para eliminar vidas, que eram assassinatos, para calar os seus oponentes.

Hoje, nós temos aqui, no Município, um novo reizinho mandão: o JD. Não vou citar

o nome. O JD todo mundo sabe quem é, que, em sua campanha, mentiu. Mentiu de que forma? Disse, prometeu que melhoraria a saúde de São Paulo. Mentira! Está fechando praticamente uma centena de UBSs na Cidade.

Dois. Disse que melhoraria o transporte. Mentira! Ele está eliminando centenas de linhas e milhares de ônibus da Cidade.

Mas, agora, os seus expoentes vêm aqui para perpetuar as suas mentiras. O Secretário Paulo “Uê di mente” e vou apontar. Ele afirmou aqui, nesta tribuna, que o abono permanência era a isenção de contribuição. Eu pediria para ele estudar Direito, porque há muitas inconstitucionalidades no projeto, que parece que não foi ele que escreveu, porque não sabe disso. Onde ele coloca que o abono permanência é uma isenção – e eu diria –, os Servidores que já poderiam estar aposentados e que mantêm a sua contribuição com a Cidade, eles contribuem com a previdência, porque lá, em seus *holleriths* aparece a contribuição, mas eles recebem o benefício por permanecerem, que é o mesmo valor. Isso não é isenção.

Portanto, mais uma:

- Manifestantes gritaram: “Mentira”.

O SR. FLOREAL MARIM BOTIAS JÚNIOR – Muito bem.

E, aí, eu diria, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, e agora eu quero dialogar fraternalmente com os Vereadores e fazer um apelo à sua razão e à sua sensibilidade, se ainda tiverem: que folha de pagamento não altera a vida da Cidade. Muito pelo contrário. Como muito bem disse quem aqui me antecedeu, folha de pagamento é investimento. Sabe por quê? Porque mesmo que a Prefeitura não tenha o material necessário para o trabalho dos Servidores Públicos, ainda assim nenhum de nós deixa de executar o seu trabalho e fazer o atendimento para a população. (Palmas)

Nós fazemos das tripas coração para garantir que a população seja atendida. (Palmas)

E essa população, que vota nos senhores, da qual eu quero deixar claro que, se não retirar esse projeto, se tiverem a coragem de votar por esse projeto, nós vamos dialogar com cada um dos Munícipes da Cidade e vamos desmascarar o que vocês fizeram com aqueles que os atendem. (Palmas)

E vou dizer: nós temos aqui, nesta Câmara, também alguns príncipezinhos mandões. O FH, que diz que os Professores fazem lavagem cerebral com os seus alunos, eu

diria: uma prova cabal é V.Exa. que passou por Professores e não foi transformado em comunista. Muito pelo contrário. O transformaram em um fascista. (Palmas)

E mais. O Vereador ET que está com sorriso nos lábios o tempo todo quando alguém que não fala o que ele concorda, esse Vereador é uma fraude que usa um nome de um falecido e não tem coragem de usar o próprio nome para ser eleito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

- Manifestação na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. FLOREAL MARIM BOTIAS JUNIOR – Por fim, o Vereador CL cuja mãe é uma professora deveria honrar a mãe e não confiscar o salário dela que garantiu a sua sobrevivência até agora.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Encerrou o seu tempo.

O SR. FLOREAL MARIM BOTIAS JUNIOR – Diga o seu partido que já definiu que vai votar contra esse projeto. Você ainda tem tempo de se redimir. Retira. Se votar, não volta. Não tem arrego.

- Manifestação na galeria. (Não tem arrego!).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Peço silêncio para ouvirmos a professora Nilda Santana de Souza.

A SRA. NILDA SANTANA DE SOUZA – Boa tarde. Meu nome é Nilda Santana de Souza, professora de educação infantil há 29 anos com muito orgulho e 19 anos trabalhei no INSS, depois entrei para a rede pública.

Eu vou começar a minha fala, o Secretário pediu sugestão, não pediu? A minha sugestão é retirar o projeto. Essa é a minha sugestão. Esse confisco é uma vergonha para a

nossa classe trabalhadora. É a primeira vez, desde que entrei no Município de São Paulo como professora, que não estamos na rua por aumento de salário e sim para não diminuirmos o nosso salário porque é o que vai acontecer conosco. Vai haver diminuição do nosso salário e é inadmissível.

Estou ali sentada, triste, vendo os olhares dos Vereadores aqui dando risada de nós. Nós não somos palhaços, somos profissionais municipais. Eu sei que o que aconteceu com a Guarda Civil foi uma ordem porque eles gostariam de estar aqui no nosso lugar. Eles não podem fazer o que estamos fazendo. Eu não vou alongar o meu tempo porque sou professora, diretora e filiada ao Sinpeem e fui muito bem representada pela professora Patrícia, mas neste momento peço licença e quero olhar para esse jovem: onde você estudou? Onde foi sua formação para você chegar aqui? Para você chegar aqui você passou na mão de um educador e não valeu nada. Eu não sei o que seu pai, eu não sei o que sua mãe pensa, mas eu teria vergonha de ter um filho como você.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de chamar o Sr. Cássio Vieira, do FAS. Já falou. Então, vamos passar para a Sra. Margarida Prado. Já falou.

Gostaria de passar para os Vereadores agora.

Peço desculpa a alguns Vereadores, mas o Vereador Suplicy pediu a palavra porque ele tem de ir a Brasília. Eu pediria a V.Exa. para não sair dos três minutos regimentais, por gentileza.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Srs. Secretários, Presidente Aurélio Nomura, caros Vereadores e Vereadoras, queridos Professores, Professoras, Médicos, Assistentes Sociais, pedi para falar antes porque tenho um voo daqui a pouco para Salvador no

Fórum Social Mundial. Então, vou pedir licença.

Eu queria especialmente, neste instante, falar não apenas sobre vocês, mas sobre os membros da Guarda Civil Municipal que sempre me tratam com tanto respeito, mas queria pensar como foi possível acontecer ontem aqueles incidentes na medida em que toda essa multidão de servidores públicos municipais e aqueles 80 mil que estão lá embaixo – 100 mil que estão lá embaixo – na verdade, estão defendendo algo que será importante para as Sras. e Srs. da GCM.

Sinto-me bastante preocupado porque ontem eu acompanhei pelo menos algumas das pessoas que, como a Sra. Luciana Xavier da Silva; Jurandir Xavier Filho; Francisco de Assis; Jaqueline; Roseli Maria Fernandes, da Escola Miguel Vieira Ferreira, receberam tiros ao lado da vista, por pouco a Sra. Roseli não ficou cega, seu óculos caiu no chão, não conseguiu vê-lo mais e eu inclusive pedi ao Comandante Trapiá, ao Presidente Milton Leite para, pelo menos, darem um óculos novo para ela.

Outro episódio foi do filho da Professora Vera, que mora aqui perto. A Professora Vera é aposentada no Estado, mas ainda Professora na Prefeitura estava junto aos manifestantes e eis que seu filho Leon da Lima Gonçalves, de 20 anos, quando ouviu dezenas de bombas estourando veio ao lugar onde estava a mãe e PMs começaram a jogar bombas de gás lacrimogênio. O Leon, então, pegou uma bomba e jogou...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Senador, por gentileza.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Meu apelo aos Srs. Vereadores, ao Presidente Milton Leite é para que nunca haja qualquer ação que possa ferir essas pessoas tão queridas que estão aqui inclusive pessoas como aquela mulher negra, a Vereadora Marielle que foi objeto de ação de tamanha violência no Rio de Janeiro. Expresso a minha solidariedade aos familiares da fantástica Vereadora que tão bem representou os brasileiros e brasileiras.

Para concluir, Presidente Nomura, ainda quando ela estava falando da violência que houve ela terminou dizendo: “Quantas pessoas precisarão morrer para que pare toda essa

violência e essa matança”. Acho que ela estava lembrando daquele tão belo verso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, temos 62 pessoas inscritas. Peço que respeite o pessoal que vai falar. Por gentileza.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Aquele que foi o Prêmio Nobel de Literatura que falou: “Quantas mortes precisarão acontecer até que se perceba que muitas pessoas já morreram?” A resposta, Presidente, está soprando pelo vento, basta percebermos.

Um abraço solidário a todos vocês. E meu pedido de retirada do projeto.

- Aplausos na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Solicito que todos respeitem os três minutos porque pretendemos que todas essas 60 pessoas façam o seu pronunciamento. Se cada um falar cinco minutos, não vamos ter tempo hábil para que todos possam ocupar a tribuna. Peço até em respeito às pessoas que se inscreveram.

Vamos chamar o Vereador Fernando Holiday.

- Manifestação na galeria. (Fora!).

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu tenho todo o tempo do mundo.

- Manifestação na galeria. (Fora!).

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, enquanto vocês não pararem, não começa a contar o tempo. Por favor. Por favor. Vocês ficam de costas e depois vocês vão, mas vamos ouvi-lo porque o tempo não corre enquanto ele não falar. Por

gentileza.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Boa tarde a todos.

- Manifestação na galeria. (Fora!).

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Comunico aos Vereadores e a todos os presentes que aguardarei o tempo da minha fala até que o plenário fique em silêncio.

- Manifestação na galeria. (Fora!).

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Não existe essa condição na audiência pública. O tempo está rolando. Por gentileza, eu gostaria que V.Exa. fizesse o seu pronunciamento. Já quase um minuto, por gentileza.

- Manifestação na galeria. (Fora!).

O SR. FERNANDO HOLIDAY – O tempo vai correr, eu não vou falar e vão ter de me retirar daqui.

- Manifestação na galeria.

- Vaias na plateia.

O SR. FERNANDO HOLIDAY - Infelizmente eu não posso esperar que os educadores da Cidade tenham educação para com quem quer falar. Mas saibam vocês que uma das coisas que minha mãe me ensinou é que, para ter caráter, o homem precisa honrar com a sua palavra, precisa ter coragem para dizer a verdade e precisa ter coragem para voltar atrás quando estiver errado.

Na tarde de hoje, através do festival de intolerância e de gritos, venho pedir desculpas a todos os professores da rede pública do Município, que acordam todos os dias de manhã e enfrentam a triste realidade da educação pública. Estes, definitivamente, mesmo que não concordem comigo, não podem ser ofendidos ou chamados de vagabundos. Mas sobre os vândalos que tentaram invadir o prédio da Câmara ontem eu não retiro nenhuma única palavra!

Saibam vocês que são representados por sindicatos e que têm a honra de poder vir protestar aqui hoje que realmente estou aqui para defender o direito dos mais oprimidos, dos pobres, que são obrigados a pagar aposentadoria de quem não quer contribuir com a previdência; estou aqui para representar o direito das donas de casas e dos trabalhadores que não têm tempo para vir protestar contra isso ou contra aquilo.

Vocês dizem: “Se votar, não volta”. Pois se eu não voltar no próximo mandato por conta deste projeto, saibam que voltarei para casa com a cabeça erguida, voltarei com a consciência limpa, porque não votarei a favor da previdência pensando na próxima eleição, votarei a favor da reforma da previdência pensando nas próximas gerações.

- Vaias na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está encerrado o tempo, está encerrado o tempo.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – E a vocês que agridem, a vocês que gritam, a vocês que dizem ser educadores, aprendam a ter educação.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Acabou o tempo. Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Companheiras e companheiros, não percamos tempo com produto da CIA, não percamos tempo com pessoas que estão para o capitalismo e neoliberalismo!

Hoje estou em luto pelo que aconteceu ontem na Câmara Municipal de São Paulo,

quando eu estava em Salvador, no Fórum Mundial Social, e fiquei aos prantos e muito brava por não poder estar aqui com vocês. Mas eu estava também no caminho de fazer uma construção mundial para entender o que é esse golpe.

Primeiro, não vou aceitar esse tipo de truculência da GCM que está nesta Câmara Municipal com esse produto de bater nos servidores, nas pessoas que têm o direito e voz, que vêm aqui para protestar, porque é a Casa do Povo. E os 55 Srs. Vereadores foram eleitos pelo povo. Não vou aceitar, porque a GCM também está aqui como servidores, também está aqui o confisco dentro do salário de vocês, que já é pouco, mas estão aqui por conta de um comando, não porque querem. Muitas vezes, vejo esses servidores envergonhados pelo tipo de atuação que eles têm que fazer, porque eles não foram preparados para isso.

Segundo, a gente precisa compreender que este projeto de lei é para os Vereadores da Base de Governo. Vereadores que estão nessa briga entre PSDB, Alckmin e Doria, vocês vão permitir que passe esse tipo de projeto de lei para cacifar o Doria, para dizer que ele está apto a ser Presidente da República? É esse tipo de política que vocês vão consolidar? Então, eu queria dialogar com os Vereadores, além do PSDB, com a Base.

Vereadora líder da Bancada do PSDB, a senhora sabe quanto um servidor de AGPP ganha? Estou aqui com um holerite, com anos de carreira: O valor com os quinquênios, dois quinquênios, com refeição, com auxílio-transporte, com auxílio-alimentação e ainda com gratificação de atividade que, no caso, a pessoa trabalha muito para ter a gratificação, é de R\$ 2.861,00 ao mês. Com os descontos que já estendem R\$ 328,00, o salário cai para R\$ 2.533,89. Com esse confisco, o salário desse servidor terá uma redução de R\$ 391,49. Esse é o valor descontado em um mês. Faz a conta em um ano, em dez anos, faz a conta. Não dá nem 1/3 do salário de cada um dos Srs. Vereadores ou de todos os parlamentares.

Então pensem, Vereadores e Vereadoras, porque são esses servidores que aguentam a ponta, são eles que estão todo dia vendo o que está sendo destruído na cidade de São Paulo.

Não podemos deixar o golpe da municipalidade. Está em nossas mãos, aqui dentro, e de todos os servidores que estão lá fora, segurar o golpe na municipalidade. Porque se a gente não fizer isso, companheiras e companheiros, também vai passar no governo corrupto do Temer.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde, servidores, companheiras e companheiros. Em nome de todos os servidores que estão aqui e os que estão lá fora, quero saudar todos os que foram agredidos ontem, porque o que aconteceu nesta Casa ontem foi uma barbárie. Soltaram bombas daqui de cima, lá para baixo, sem nenhuma responsabilização daqueles que o fizeram.

Portanto, quero saudar todos os lutadores e lutadores que se machucaram, que inalaram muito gás e que sofreram toda uma agressão psicológica que está sendo feita aos servidores.

A gente tem elementos suficientes para provar que este projeto é inconstitucional. Só a divisão de massas já prova que esse projeto é inconstitucional. Os dados que o Governo mostrou foi de um aumento para aposentadoria que não existe, porque os servidores ganham 0,01% de reajuste há anos. Então como que faz uma projeção de 6%? Os dados são uma mentira! Pior que essa mentira é colocada para vários Vereadores, e ainda falam o seguinte: “Vereador, vote a favor disso porque é sua responsabilidade. Se você não votar a favor agora, daqui a dez anos vai estourar”. Com esses dados mentirosos! Por isso, os Vereadores têm que se apropriar melhor desses dados, porque não são verdadeiros.

Vereador Holiday, aqui temos que falar a verdade, temos que falar dos desusos do dinheiro público. Se hoje temos essa dívida absurda, foi por causa do roubo do Maluf nos precatórios, e ninguém faz nada. E o dinheiro que os banqueiros estão vendendo na Cidade,

que ficam esperando uma lei que facilite para eles essa dívida em não sei quantas parcelas? O capitalismo toma conta das instituições brasileiras, inclusive doando dinheiro público para os partidos fazerem suas campanhas. Basta ver no TRE, nas eleições anteriores, o quanto esses bancos deram para vários partidos.

Então, se a situação está desse jeito, não é do coitado do servidor público que tem que pagar. Quem fez a má gestão do dinheiro foram todos esses governos que pegaram dinheiro do IPREM para colocar em outros lugares. Não há responsabilidade neste país? Aqui se faz todo tipo de desgraça com o povo e não tem consequência para essas pessoas. Isso tem que acabar, não dá mais para suportar. O Estado não aguenta mais tanto rombo.

Só para terminar, eu quero falar sobre os GCMs. Conversei com vários deles, eles não queriam fazer o que estavam fazendo, eles sabem que eles também serão prejudicados. Eles são trabalhadores. Mas, infelizmente, não parte deles a decisão do que eles estão fazendo.

Vamos fazer de tudo para derrubar este projeto maldito!

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra a Sra. Márcia de Oliveira.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Primeiro, quero cumprimentar os colegas que estão lá embaixo, até agora, resistindo a esta audiência, que não é bem uma audiência, mas a gente está aqui para manter essa conversa. Quero agradecer aos Vereadores a oportunidade de poder falar.

Eu represento os administradores e economistas. Eu represento a Degesp, que cuida da atividade-meio, que quase ninguém vê, pois nós ficamos dentro de secretarias. E é muito difícil quando a gente não tem interlocução. Nós ficamos o tempo inteiro recebendo informações, sem poder contrapor. Nós não conseguimos conversar, Caio. Você sabe disso. A gente tentou conversar com vocês. Com o Fernando também, nunca conseguimos essa conversa, um diálogo, porque nós queremos conversar, não queremos só falar: “não, não

aceito”, mas a gente gostaria de ter tido o direito de falar, de ficar aqui sentado a esta mesa e apresentar durante 20 minutos todos os estudos que nós fizemos, que não foram poucos.

Nós temos qualidade. Tudo o que vocês fazem lá na arrecadação é feito por contadores, administradores, auditores fiscais. Portanto, se a gente serve para arrecadar, a gente serve também para poder contrapor. Não dá para aceitar 19%. Isso é confisco. Confisco, não aceito. Eu não sou representada, infelizmente, quando vocês querem fazer essas conversas.

Quando você cria um conselho, aonde até hoje esse conselho do Iprem, não foi remunerado. Agora ele quer ser. Será mais um conselho remunerado. O que será que significa isso? Para quem? Não vai ser para representante de servidor não, gente! Não vai, não. Vai ser para quem? Não sei. Gostaria de saber.

Falo mais, toda a estrutura do PL novo, qual é a governança? Não tem. Tá aberto. O dinheiro que será nosso, dos futuros colegas, quem vai administrar é qualquer governo. A história nos diz. Olham para trás. O que está acontecendo. Então estamos querendo conversar. Melhorar, sim, mas queremos ser respeitado, onde um fala, o outro ouve. Porque vocês não escutaram a gente. Então peço aos Srs. Vereadores que antes de votar, temos o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, fazendo um estud. Temos um estudo feito por essa Casa, vamos pegar tudo isso. Temos protocolado na CCJ pedindo um grupo de estudos dessa Casa. Queremos conversar, estudar, qualificar as nossas diferenças, porque da maneira em que está não vai votar. Não votam. Porque temos de ter respeito. Existe gente do nosso lado que quer estudar junto e mostrar que não existe esse deficit. O que aconteceu com, o Iprem? A canetada ele tem de pagar a aposentadoria. Ele não teve nenhum aporte. O Iprem foi feito no seu negócio inicial para pagar pensão. Não foi feito para pagar aposentadoria. Por caneta ele recebeu sem aporte. Como é que vocês falam em deficit? Temos de conversar. Conversar com as mesmas óticas. Tem de conversar em base de tudo. Desculpe, Fernando, a gente conversou muito, mas acredito que o Superintendente do Iprem realmente é uma carreira

de Estado, portanto, é de carreira. Concurso público. Se temos de ter superintendente, que passa a ser responsabilizado daqui a 20, 30, 40 anos. Não é assim. 75 anos não vamos estar aqui – acho que não - mas isso não é suplementar. É para o resto da vida. Desculpemk, vocês estão equivocados. Vereadores, por favor! Milton Leite, Presidente da Casa, escute o povo que está lá fora. Nós só queremos conversar. Não paguem o preço de querer votar às pressas um PL com a magnitude que representa 200 mil servidores. São 200 mil servidores que serão atacados. Não pode votar assim. Vamos estudar,.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Com a palavra o Sr. Breno Erovoski, do sindicato dos Arquitetos.

O SR. BRENO EROVOSKI – Boa tarde a todos. Todos aqui empenhados em resistir em mais um desfalque em nossas vidas. Ao logo desses anos temos, percebido, que sempre a intenção é nos desfalcar e cada vez diminuir mais a nossa condição de trabalho, de vida, e me parece, que realmente, é achatá-la à nossa capacidade de combater. Temos demonstrado a partir dessa última tentativa que não estamos fracos, não estamos convencidos de que devemos ficar quietos mais uma vez.

Eu diria o seguinte, esse projeto, realmente não contempla garantias do nosso futuro, muito menos do futuro daqueles mais jovens. Isso não tem nenhum tipo alicerce e estamos acostumados que as coisas acabam acontecendo passando a revelia e com pressa e com acordos, e que na verdade se judicializa tudo para o lado dos funcionários. Essas questões, temos carregado, chegamos aqui sempre por meio de concursos, não estamos para brincadeira, não estamos por favor, por isso ou aquilo. Nos propusemos a fazer concurso público e foi isso quem fizemos. Não estamos aqui de favor. Não precisamos de favor, é isso que acho, que os Srs. Vereadores devem e ter consciência de quando nos esfolam, estão esfolando a sociedade como um todo. Não são só professores, só da Saúde, são médicos, engenheiros, arquitetos, sociólogos, bibliotecários, enfim, todos estão afetados. A Prefeitura do

Município de São Paulo, não fez concursos porque e nem tem feito, porque na época em que fazia, não fazia por nada, provavelmente é porque precisa e nós trabalhamos e muito. Não aceitamos quebra de contrato, muito menos a revelia como está sendo proposto. O que se fala? Agora depois de 30 e poucos anos, 40, 50, anos de trabalho, porque a cada vez se propõe a reestruturações para ficar mais tempo. Não é á-toa que tem muita gente em situação de permanência. É porque a cada vez, atinge a idade, atinge o tempo de serviço mas inventa mais um pedágio. Não é a primeira vez, mas também essa, espero que não aconteça Enquanto essa Casa, não perceber que ela tem caminhos diferentes, ou ela tem obrigações diferentes do que o Executivo, ou está para negócios, mas a Câmara Municipal de São Paulo não deve estar para isso. Deve entender, e respeitar que os votos são inclusive, de funcionários, de familiares dos funcionários e que a cidade vai melhor se tiver bons funcionários. Eu nunca vi uma empresa, - a Prefeitura do Município de São Paulo. não é nenhum áxilo de nada, não é algum favor – nunca vi uma empresa que maltrate seus funcionários. Nunca vi uma empresa que evolua tratando, de desqualificar, humilhar. Isso é inaceitável. Que política seria essa? Que gestão seria essa? Vamos aos entendendo que quando se faz um mal ao Servidor Público, que atende sim o cidadão, que é a linha de dialogo com a sociedade, nós é que informamos o que está acontecendo, quais são as diretrizes propostas pela gestão. Nós estamos fazendo esse papel como Estado. Não estamos fazendo política. Nós somos perenes e muito perenes. Nos respeitem porque nós também sabemos respeitar. Vamos prestar bem atenção que não é uma jogada não, daqui a pouco, isso daqui vai virar mais um grande processo contra a Prefeitura do Município de São Paulo, isso vai ter um custo muito alto para todos. Não vejo vantagem para à sociedade que tem mais esse ônus por conta dessa malandragem conosco. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Com a palavra o Sr. João Amaro, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Município de São Paulo,

O SR. JOÃO AMARO – Boa tarde a todos colegas da Prefeitura do Município de

São Paulo, da ativa, aposentados, eu já estou aposentado, aos Srs. Vereadores. Serei rápido porque os que me antecederam, já com muita propriedade, detalhou tecnicamente tudo aquilo que deveria detalhar. Só quero lembrar que nós protocolamos na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, a FASP, as entidades, um excelente parecer jurídico feito por eminentes constitucionalistas desse País. Ouviu Sr. Secretário? Não é nós, não! Mas, eminentes constitucionalista que apontaram inúmeras inconstitucionalidades nesse projeto. Fiquei pasmo em ver que a comissão nem se importou com documento assinado por esses eminentes juristas. Isso é grave. Porque lá na frente, se transformar em Lei, que não vai transformar, será retirado, mas uma ação judicial vai derrubar isso, porque isso daí é ilegal, é inconstitucional. Então faço um apelo a essa Casa democrática, porque o Parlamento é o sustentáculo da democracia. Teoricamente. Então, cabe ao parlamento dirimir as situações de risco de uma sociedade. E agora não se trata mais de pancada do Governo contra o Governo. Trata-se, que está em risco instituições. Isso é grave. Grave. Gravíssimo. Unilateralmente uma grande instituição que são dos funcionários públicos da maior Prefeitura do Município de São Paulo, do Brasil e que não se gasta nem 40% da folha, da arrecadação municipal, é a menor folha do País. Essa Casa tem a responsabilidade de dar o equilíbrio institucional retirando esse projeto. Apelo a essa Casa, Srs. Vereadores, que política é bom-senso. Tenham bom senso de retirar esse projeto. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Com a palavra a Sra. Luciene Tahan, vigilância em Saúde.

A SRA. LUCIENE TAHAN – Sou trabalhadora da vigilância e Saúde e hoje estamos com 90% das nossas unidades paradas. Essa é uma greve dos servidores, dos professores, da Saúde, da Segurança Pública, de Obras, de Subprefeituras, de Hospital, tem UBS fechada. Então no Universo hoje, onde nosso aumento salarial é de 0,01% vocês quererem aumentar o desconto do Iprem? É confisco salarial, gente! Não tem outro nome para isso. Não existe outro nome para isso. já temos condições super precárias de trabalho. não sei

se os senhores sabem, mas muitas vezes não temos canetas para trabalhar. A gente trás caneta de casa. Já vi muito professor comprar lápis de cor, giz de cera, canetinhas, cartolinas coloridas para conseguir fazer alguma coisa, compra do próprio bolso. Eu não recebo um salário milionário. O meu salário milionário ele não é 10% do salário de um vereador. Eu não tive 26% de aumento. Nunca, nessa vida. A politica publica da Cidade de São Paulo é feita pelo Servidor Público. Então não me venha com esse discurso de que o governo deixa de investir em outras áreas para cobrir o déficit da Previdência. A nossa Previdência é uma obrigação de vocês. Vocês são os nossos empregadores. É obrigação de vocês. Não estamos pedindo favor para ninguém. O novo projeto, até agora, eu não consegui entender, vou pedir para vocês me explicarem. Se nós servidores vamos ficar num fundo, nós ativos, e aposentados, e pensionistas vamos num fundo, e os novos servidores irão para outro fundo? Cono é que daqui vinte anos eu vou me aposentar se não tem ninguém contribuindo para a minha aposentadoria? Não vejo como esse projeto resolve com o tal rombo da Previdência Municipal. Acredito que essa pressa toda em aprovar esse projeto não é só porque o Doria quer usar isso como campanha politica, também, porque é um projeto ilegal e mentiroso. Está provado. Tem um estudo. A gente estava aqui na terça-feira teve um seminário falando sobre isso.

E para finalizar, somar servidores, nós fazemos as politicas públicas, nós atendemos o publico. Vou falar como Agente de Endemias. Nós somos 2600 nesse município. entramos, no mínimo, em 25 casas por dia Agora façam as contas, com quantas falamos por mês. O meu recado para os senhores nobres Vereadores é o seguinte: se votar não volta. Obrigada!

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Com a palavra o Sr. Agenor Mônico, da Associação dos Sociólogos de São Paulo.

O SR. AGENOR MÔNICO – Eu represento também a Associação dos Servidores

de Nível Superior do Município de São Paulo, a ANIS; o núcleo de sociólogos da ANIS. queria dizer que quem está aqui goza de um privilégio em relação a quem está lá embaixo, mas também de uma responsabilidade muito grande. Aqui embaixo temos professores, engenheiros, arquitetos, sociólogos, assistentes sociais; temos profissionais que escolheram, por espírito público, servir o Município de São Paulo. Profissionais que prestaram concurso e que muitas vezes deixaram o setor privado. Porque esses funcionários não quiseram em nenhum momento ser empreendedores, esses funcionários não sonharam em ser gestores. Esses funcionários sonharam em servir a população exercendo sua vocação profissional. (Palmas) E eles merecem, como todo e qualquer trabalhador, o respeito.

O problema é que vivemos tempos em que não há mais respeito ao trabalho – o trabalho que está representando aqui embaixo antes de qualquer tendência política, Srs. Vereadores, seja de direita, seja de esquerda, seja de centro. É o trabalho que está aqui embaixo. E esse trabalho está representando muito antes que qualquer instituição financeira.

Falo em instituição financeira porque quero tocar em um ponto que é desconhecido, que está escondido nesse projeto, que é a tal da securitização da dívida pública. Essa é uma bomba que pode comprometer não só a nossa legítima aposentadoria, as nossas legítimas pensões e o nosso legítimo salário; é uma bomba que pode, sim, quebrar o equilíbrio financeiro do Município de São Paulo. E não no presente, porque no presente temos a nossa dívida consolidada, que corresponde a 95% da receita líquida; a nossa dívida foi consolidada. O Prefeito de São Paulo não pegou uma Prefeitura quebrada.

Estamos sendo vítimas de um projeto político e de tempos políticos em que não se respeita mais o trabalho, em que se apeou uma Presidente legitimamente eleita para se constituir uma ordem política em que o mercado passa a dominar plenamente as atividades. Então, fez-se a reforma da previdência, está-se entregando o País e agora os direitos previdenciários são vistos não como direitos, mas como ônus.

A previdência social tem que mudar de paradigma. Não pode ser pensada e mantida apenas e tão somente pelo princípio geracional. Isso não significa que quem tem que pagar pelo processo de terceirização que vocês projetam para o futuro seja o conjunto do funcionalismo.

Espero que os Vereadores tenham uma relativa independência política em relação a um projeto demagógico de quem quer mostrar para o Brasil inteiro que quem fez essa questionável reforma da previdência no Município de São Paulo que o Temer não conseguiu fazer no Brasil inteiro. Nós estamos sendo vítimas, estamos sendo bucha de canhão desse projeto político.

Queremos dizer que aqui há trabalhadores que entraram no serviço público porque têm dignidade, porque têm compromisso com a Cidade, porque têm espírito. Então, eu gostaria que os Vereadores da cidade de São Paulo levassem em consideração que não existe deficit nem crise na nossa previdência. É uma crise inventada! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de chamar a Vereadora Sâmia Bomfim. (Pausa) Ausente. Gostaria de chamar o Vereador Senival Moura. (Pausa) Ausente. Gostaria de chamar o Vereador Camilo Cristófar. (Pausa) Ausente. Vereador Alfredinho, por favor. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. ALFREDINHO – Boa tarde, companheiros servidores públicos. Já entramos no início da noite. Parabenizo vocês pelo grande ato do dia de hoje. (Palmas) Acho que isso é um começo para fazer com que o Prefeito retire esse projeto nefasto, que realmente prejudica os milhares de servidores públicos da cidade de São Paulo.

Vamos recapitular um pouco as maldades que esse Prefeito vem fazendo. Ao assumir – e ganhou a eleição com o discurso do gestor -, ele tirou o leite das crianças. Depois, inventou a tal da ração nas escolas. Voltou atrás porque a sociedade reagiu. Agora, veio o fechamento das UBS e AMAs nos bairros da periferia. Estão vindo também as mudanças nas linhas de ônibus da cidade de São Paulo, que preveem em torno de 1 mil ônibus que sairão

das linhas, fazendo com que o trabalhador – principalmente aquele que mora mais distante do Centro – anda como sardinha em lata enquanto os proprietários das empresas de ônibus ganham mais dinheiro, porque não vão perder o número de passageiros transportados. (Palmas)

Não conformado com tantas maldades, o Prefeito resolveu trazer para esta Casa um projeto que prejudica o funcionalismo público. Eu nem vou entrar nos detalhes técnicos do projeto, Srs. Secretários, porque três minutos é muito pouco tempo. Eu já li o projeto e me convenci de que não devo votar a favor, porque não votarei para prejudicar trabalhador. Sou oriundo do movimento sindical, e no movimento sindical a gente não mexe em direito adquirido; a gente trabalha para conquistar mais direitos. (Palmas)

Os números que são apresentados aqui – todos eles - são questionáveis. Não estou falando que vocês são mentirosos, mas havia um ex-Presidente da República, Itamar Franco, que dizia o seguinte: os números não mentem, mas os mentirosos fabricam.

Os números estão aqui, e o debate está sendo feito. A reação do funcionalismo é muito importante, e hoje, senhores, não há maioria para aprovar esse projeto. Por uma enquete que fiz, eles estão com 22 votos hoje e precisam de 28. Precisamos de mais uma forcinha, mais uma pressão, que deverá ser feita. E todos nós temos de ficar atentos, porque o projeto passa hoje por esta audiência pública; já saiu da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, vai para o Plenário, e na semana que vem pode-se iniciar o debate, que será de 2 horas. Após o encerramento do debate, entrarão substitutivos, que vão as Comissões, porque ainda falta passar pelas Comissões de Administração Pública e na Comissão de Finanças e Orçamento, mas isso pode ser feito por congresso de Comissões. Depois, entrará em pauta para ser votado. Então, dificilmente na semana que vem será votado; talvez tentem votar daqui a duas semanas. Mas, com toda essa mobilização que está acontecendo aqui, o projeto será retirado, porque a pressão será forte. Tenho certeza de que os meus pares Vereadores que estão tendendo a votar já sentiram o peso e votarão

contrariamente; e o Prefeito será derrotado. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Próxima oradora, Sra. Samara Seiler.

A SRA. SAMARA SEILER – Boa noite a todos. Primeiramente, quero pedir a atenção dos Vereadores, porque quando os senhores vêm pedir votos vocês pedem atenção. Então, eu peço a atenção de vocês à nossa fala. (Palmas)

Venho aqui representando duas categorias: a dos analistas de esportes que atuam nos CEUs e nos Centros Desportivos da Cidade de São Paulo, analistas esses que recebem a população desde a tenra idade até a terceira idade. Então, façam as contas do número de municípios que estão nas mãos dos analistas: todos os CEUs e todos os Centros Desportivos.

Tenho minhas dúvidas sobre se os senhores conseguem fazer contas, porque muitos estudos feitos comprovam que os números apresentados estão errados. Vamos contabilizar os municípios que estão nas nossas mãos, analistas esses que não tem bola para trabalhar, que não tem quadra para dar atividade, que muitas vezes são expulsos por comissionados indicados pelos senhores, e a gente não consegue desenvolver o nosso trabalho. Represento aqui também o professor de educação infantil, que tem que usar o dinheiro para comprar caneta, lápis, massinha, e é esse o dinheiro que vocês querem tirar do nosso salário. Esse desconto é para comprar material para as crianças da Cidade.

- Manifestações no recinto.

A SRA. SAMARA SEILER – Eu não tenho discurso pronto, porque eu tinha que estar trabalhando, mas quem está me impedindo de trabalhar são vocês.

Manifestações no recinto.

A SRA. SAMARA SEILER – A gente tinha que estar na escola, no centro esportivo, no CEU, mas a gente está aqui, passando fome, passando sede, tomando bomba na cabeça para poder resolver o problema que os senhores criaram.

- Manifestações no recinto.

A SRA. SAMARA SEILER – O nosso Prefeito, que vive dizendo que a nossa

cidade é linda, conhece o chão da escola e as paredes que estão quebradas?

- Manifestações no recinto.

A SRA. SAMARA SEILER – Ele conhece as quadras quebradas, os professores que não têm condições de trabalhar?

- Manifestações no recinto.

A SRA. SAMARA SEILER – Eu não vou me estender porque há ainda muitos colegas para falar, mas só quero dizer “retira”, porque senão vocês não voltam. Não voltam! São 200 mil servidores. Façam as contas: 200 mil, mais as famílias, seus amigos e com todos que acreditam na nossa voz. Se passar, não volta!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – A próxima oradora é a Sra. Flávia Assunção.

- Manifestações no recinto.

A SRA. FLÁVIA ASSUNÇÃO – Boa noite a todos e todas. Sou trabalhadora da saúde e tenho duplo vínculo na Prefeitura: há dias em que trabalho seis, 12 e mais seis. Por isso, quando um homem público diz que eu sou vagabunda, ele está cometendo um equívoco, ele está equivocado, e isso demonstra que ele não é gestor nem político, é um equivocado. Ele precisa voltar para a escola, para o banco da faculdade e refazer as avaliações.

Considero outro equívoco exibir uns poucos *slides* para demonstrar que o conjunto dos servidores públicos gera custo; oito *slides* não são suficientes para mostrar isso. Ainda mais equivocado é dizer que estão reformando a Previdência juntos. Juntos com quem, com banqueiros, com o mercado? Porque juntamente com os trabalhadores e com as entidades não é.

Nem vou falar o quanto estamos perto dos munícipes, mas apelo à sensibilidade de vocês para que não tenham uma “escuta” qualificada apenas para a gestão, para as finanças e para um prefeito que sequer quer administrar a cidade de São Paulo, apenas quer ser

Governador ou Presidente. Isso é um equívoco da parte dos senhores. Vocês devem é escutar os cem mil trabalhadores que estavam hoje lá fora. Esses, sim, precisam ser ouvidos de maneira qualificada, esses, sim, têm que estar sentados numa mesa juntamente com a gestão e com quem mais vocês quiserem, porque somos capazes de fazer o debate, e as nossas entidades estão todas qualificadas e capacitadas para fazer este debate em nome de todos os servidores municipais.

- Manifestações no recinto.

A SRA. FLÁVIA ASSUNÇÃO – Qualquer reforma da Previdência que não considere os 0,01%, as terceirizações, a venda da cidade de São Paulo e demais variáveis que envolvem a Cidade e o seu corpo, ou seja, o principal patrimônio desta cidade, que são os servidores, está equivocada. A Cidade precisa dos servidores, que precisam ser remunerados de uma forma justa. Ninguém aqui é peso da para a cidade de São Paulo.

Colocar os munícipes contra os servidores, dizer que, se a reforma for feita, dará para construir não sei quantas escolas, é um equívoco, um grave equívoco, porque quem toca os serviços públicos somos nós.

O grande problema é que o administrador não é usuário do sistema.

- Manifestações no recinto.

A SRA. FLÁVIA ASSUNÇÃO – O dia em que um Vereador for verdadeiramente usuário do SUS, o SUS vai melhorar. O dia em que o Vereador for usuário da escola, a escola vai melhorar.

É isso. (Palmas)

A SRA. FLÁVIA ASSUNÇÃO – Pessoal, Curitiba é o nosso exemplo. Não passem esse projeto. Retirem!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sra. Lourdes Quadros Alves.

A SRA. LOURDES QUADROS ALVES – Boa noite a todos que aqui estão

bravamente participando desta audiência pública, que deve estar sendo gravada pela TV Câmara para a população, e é bom que a gente possa falar para a população o que está acontecendo aqui. Eu tenho certeza de que a população já entendeu o Governo Doria e o que significa o Doria, porque ele tirou o leite das crianças, ele reduziu o transporte escolar gratuito das nossas crianças, ele está fechando postos de saúde, ele está reduzindo o transporte para os usuários. E sabe por que o Doria não atende aos mais pobres? Porque ele não gosta de pobre, ele gosta de empresário, porque ele é empresário e não está nem aí para pobre e não está nem aí para servidor. Ele é igual a um vereadorzinho que tem aqui, um fascistinha.

- Manifestação no recinto.

A SRA. LOURDES QUADROS ALVES – Eu sou uma trabalhadora da educação, acordo todos os dias às 5 da manhã para receber as crianças e a comunidade às 7 da manhã. Estamos em greve, e hoje a quase totalidade das escolas fecharam as portas, e nós aprovamos a continuidade da greve.

- Manifestações no recinto.

A SRA. LOURDES QUADRO ALVES – Os servidores públicos seguirão em greve, Vereadores, porque nós não vamos aceitar esse discurso de que a Previdência está quebrada. Sabem por quê? Porque há muito dinheiro nesta que é a Prefeitura mais rica do País, com a maior arrecadação do País. A Prefeitura arrecada e, apesar de sabemos para vai esse dinheiro, vamos contar para a população: vai para as conveniadas, para as terceirizadas, para as OS, vai para os banqueiros.

- Manifestações no recinto.

A SRA. LOURDES QUADRO ALVES – E sabe o que o Doria quer com a previdência de natureza complementar? Especulação financeira para agradar mais ainda os banqueiros; é para os bancos, não é para a população nem para servidor. Há dinheiro, e Prefeitura não gasta o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal com folha de pagamento. Há recursos, porque este é o município mais rico do País. Portanto, é uma

vergonha o que esse Prefeito quer fazer, e será uma vergonha se os Vereadores votarem favoravelmente ao projeto.

Como formadores de opinião e porque estamos todos os dias com a população nos nossos postos de trabalho, vamos colocar cartazes de todos os Vereadores que votarem contra os servidores na porta dos nossos postos de trabalho, na porta das escolas, na porta dos postos de saúde, na casa dos moradores.

- Manifestações no recinto.

A SRA. LOURDES QUADRO ALVES – Nós vamos denunciar vocês e, se votarem contra nós, vocês não voltarão! Retirem o projeto! Abaixo o Sampaprev!

- Manifestações no recinto.

A SRA. LOURDES QUADRO ALVES – E fora Doria! Inimigo do pobre, inimigo do servidor.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ah, desculpe. Está certo. Corrigindo: Laudiceia Reis, que estava antes e nós já havíamos chamado também.

A SRA. LAUDICEIA REIS – Sim. Eu fiquei ali e a moça veio na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Entendi. Por favor, tem a palavra.

A SRA. LAUDICEIA REIS- Boa noite a todos os trabalhadores. Meu nome é Laudiceia, sou funcionária da Zoonoses, trabalho na área da saúde, sou filha de servidora pública, professora de educação infantil aposentada.

Estou aqui primeiro para falar da minha revolta com o tratamento que nós recebemos ontem. Eu tenho um colega que levou um tiro de bala de borracha no queixo. Eu fiquei com ele até quase meia-noite tentando fazer um boletim de ocorrência. Fomos a cinco DPs e toda vez nos davam informação errada de qual era o lugar para registrar o boletim de ocorrência.

Então eu acho que vocês precisam começar a prestar atenção em como vocês tratam os servidores. Nós não somos bandidos, nós somos trabalhadores, nós prestamos concurso para estar aqui e não ganhamos cargo de ninguém; todos nós tivemos que fazer provas para chegar onde nós estamos. (Palmas)

A minha categoria, como bem falou minha colega Luciane, é uma categoria grande, porém ela não é suficiente para a demanda do Município de São Paulo. Dez anos atrás foi realizado o último concurso público, então vocês não venham me dizer que a culpa de não ter dinheiro no Iprem é porque tem um déficit na Previdência. Isso não é verdade. Vocês não abrem concurso para as carreiras, não tem gente para contribuir para o Iprem. Então não venham me dizer que a culpa é nossa. A culpa é de vocês que terceirizam os serviços e não chamam concurso público.

Para encerrar, eu gostaria, sim, de lembrar a quantidade de pessoas que a gente conversa todos os dias. Vocês, Srs. Vereadores, boa parte de vocês, quando chega onde estão, esquece que foram eleitos e que o mandato de vocês tem tempo determinado. Vocês saem e nós permanecemos aqui, porque nós somos concursados. Então, Srs. Vereadores, aprendam a nos respeitar, porque nós vamos, sim, conversar com a população e mostrar que vocês têm feito um desserviço na cidade de São Paulo.

Vocês estão submissos a um Prefeito que não quer ser prefeito da cidade de São Paulo. Se vocês votarem o projeto, nós faremos campanha contra cada um de vocês, na casa de cada um dos munícipes que a gente conversa, nem que seja preciso visitar um a um. Nós vamos passar o resto do mandato de vocês fazendo campanha contra vocês.

Então a nossa sugestão é: retirem esse projeto, porque senão vocês não voltam.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – A próxima oradora é Aline Pimentel de Sales. Já pedimos também para a Joelina Aguiar e o Douglas Cardoso para ficarem próximos do microfone, por favor. Tem a palavra, Aline Pimentel, por três minutos.

A SRA. ALINE PIMENTEL DE SALES – Boa tarde.

Eu sou servidora pública municipal, sou professora da rede municipal, também sou uma mulher, também sou uma trabalhadora, também sou uma munícipe, também sou uma eleitora e também sou uma contribuinte. Quando se fala aqui de servidor público, fica parecendo que a gente é ET que veio de outro planeta. É assim que eu me sinto. Não esqueçam que nós exercemos muitos papéis nesta sociedade.

Pelo que eu tenho visto, esse PL, além de ilegal, ele é imoral, porque ele quer confiscar nosso salário. A gente não está aqui pedindo para aumentar, a gente está pedindo que não tirem o nosso salário. Nós temos que pagar impostos, temos que nos alimentar, temos que nos vestir, temos que nos locomover por esta cidade para chegar até o local de trabalho e, como muitos colegas falaram, nós tiramos dinheiro do nosso bolso muitas vezes para comprar material que não tem dentro das escolas para trabalhar com nossas crianças. Para aí chegar aqui e ouvir de um vereador que eu sou uma vagabunda? Não dá. Desculpem.

A gente dá o sangue. Nós estamos na linha de frente, estamos com a população. Quando a criança está na escola, eu tenho que atender essa criança independentemente das condições que tem. Além de quererem tirar nossos salários, as condições terríveis que temos, os profissionais de educação. Não posso falar dos outros porque eu não sei, mas os profissionais de educação estão ficando doentes, doentes. Vão fazer uma pesquisa, por favor, vereadores, para ver quantos professores estão doentes e por que eles estão doentes.

Então a gente pede: retirem o projeto, retirem, porque nós somos eleitores, temos família, temos amigos e nós temos a comunidade que nos disse, quando comunicamos que entraríamos em greve, “Nós estamos com vocês”. E quem votar não volta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

A próxima é a Sra. Sueli Aguiar, por três minutos.

A SRA. SUELI AGUIAR – Boa noite.

Quero iniciar minha fala lamentando o incidente de ontem nesta Casa. Nós,

trabalhadores, professores e todos os trabalhadores da rede pública municipal da maior cidade de São Paulo não merecemos esse tratamento.

O Prefeito da cidade de São Paulo, que prometeu uma administração justa, uma administração que favoreceria a Cidade e toda a população, durante um ano desfalcou os serviços públicos. Hoje eu assisti na Rede Globo a uma entrevista do Sr. Caio Megale, Secretário da Fazenda, que está aqui presente, em que ele dizia o seguinte: que a responsabilidade de não poder melhorar os serviços públicos era a folha de pagamento dos inativos e dos ativos da cidade de São Paulo.

Isso é uma inverdade, porque a ingerência municipal do Ipem e de outras administrações não pode recair sobre nossas costas e, além disso, nos jogando contra a população e a população contra nós, nos responsabilizando.

Ainda há pouco ouvi o Secretário de Gestão dizer aqui que, para reajustar os trabalhadores, é necessário aprovar esse projeto maléfico e que confisca 50% do salário dos trabalhadores. Ora, se ele vai confiscar nosso salário e vai nos devolver, que tipo de política essa, de um gestor que disse ser competente e que saberia gerir esta cidade, destruindo os direitos dos trabalhadores?

Nós sabemos que os banqueiros estão disputando a tapas a aprovação desse projeto, que será muito dinheiro nas mãos dos bancos. Então essa política é escandalosa, é política para rico, é política para favorecer empresário, não é para trabalhador. E ele, antes de um ano de administração, já lança sua candidatura, se possível ele conseguir a Presidência da República(?).

Então nós temos que dialogar e o nosso diálogo aqui é com os Srs. Vereadores. Esta sessão é gravada e nós, trabalhadores da educação infantil, aqui representados pela Prof. Joélia Aguiar, da rede municipal, queremos fazer um apelo ao Sr. Aurélio Nomura. Nós queremos que vocês se debrucem sobre esses números. Esses números são inconsequentes. Nós fizemos um estudo, o Cedina(?) fez um levantamento e esses números não batem com a

realidade.

Eu sei que todos estão cansados, hoje eu saí de minha casa às 5h e nós vamos sair daqui muito tarde. Eu quero dizer para vocês que nenhum direito a menos, nenhum desconto a mais e que nós não vamos aceitar. E se nós tivermos que nos estender aqui nesta Casa, nós vamos paralisar, continuar a greve até que esse projeto seja retirado.

Retira! Retira! Retira! Nenhum direito a menos! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sr. Douglas Cardoso, por gentileza.

(Pausa) Ausente. Sr. Márcio dos Santos, do Sindicato da GCM.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muitos estavam dizendo que a GCM não estava participando. Está aqui presente.

Depois vou chamar a Sra. Débora Cruz.

O SR. CLÓVIS PEREIRA – Boa noite.

Só corrigir: o Márcio se inscreveu, mas ele cedeu a vez para mim. Meu nome é Clóvis Pereira, eu sou Presidente do Sindguardas São Paulo, Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo.

Inicialmente eu gostaria de registrar o meu lamento ao que aconteceu aqui ontem. E também de dizer para todos os companheiros trabalhadores do Município de São Paulo que os trabalhadores da Guarda Civil Metropolitana não vão aceitar ser escudo para ninguém tirar direito de trabalhador no Município de São Paulo. (Palmas)

Todos os colegas da Guarda Civil que estão aqui desde as 6h, que saíram de Parelheiros, da Cidade Tiradentes, do Jaçanã, Tremembé ou de Perus, que poderiam estar garantindo a segurança da população na periferia, estão aqui garantindo a segurança do prédio, dos vereadores e dos trabalhadores que estão aqui para protestar; estão solidários e participam da luta dos trabalhadores do Município de São Paulo. (Palmas)

Hoje, parte dos trabalhadores está aqui de serviço e parte está lá fora com o

restante dos trabalhadores. Seguramente, se os vereadores e o Governo não retirar esse projeto, à medida que avançar, a quantidade de guardas aqui trabalhando vai diminuir e a de guardas lá fora protestando vai aumentar.

- Manifestações na galeria.

O SR. CLÓVIS PEREIRA - Não vamos aceitar ser utilizados como braço de pancada de ninguém para tirar direito de trabalhador. É inaceitável e os trabalhadores da Guarda Civil não estão aqui para isso. (Palmas)

Com relação ao conteúdo do projeto, ele tem um monte de falhas, mas é uma maluquice os trabalhadores de São Paulo... Nós estamos mobilizados não para conquistar aumento, nós estamos mobilizados para não reduzir salário. É doido, isso! Não tem sentido! Não tem sentido.

Cada um tem que ser responsável por como quer entrar para a história e esta legislatura da Câmara Municipal e o Governo que está aí precisam dizer se querem entrar para a história da Cidade como o Governo que cortou o salário dos trabalhadores. Porque aumentar a contribuição sem nem sequer discutir uma política de reajuste consistente para os trabalhadores é simplesmente cortar salários e mais nada. Não tem outra conta a ser feita que não seja essa. É só isso, é só isso.

Não dá para pôr na conta dos trabalhadores, e é o que está sendo feito. Quando a gente lê o projeto, tem algumas coisas malucas. Lá está dizendo que, se for para dar aumento, tem que fazer um estudo de impacto para os próximos 75 anos. Ninguém consegue fazer essa conta. É engodo. A contrapartida do Governo eles dizem que vai ser de 28%, mas no projeto diz que começa com 14% e que pode ser regulamentado depois. Lá não diz que é 28%.

Então está jogando essa conta somente nas costas dos trabalhadores, os trabalhadores da Guarda Civil Metropolitana não vão ser usados como escudo para isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Sra. Débora Cruz, por gentileza. Logo depois, Sr. Antoniel Bispo dos Santos Filho.

A SRA. DÉBORA CRUZ – Boa tarde. Meu nome é Débora, eu venho aqui representando a Amasp também, como o Denis veio antes.

Meu primeiro questionamento é por que se diz que aqui é a Casa do Povo? Porque aqui todo interesse está em jogo, menos o do povo. Aqui é colocado em pauta o interesse dos banqueiros, quando as dívidas dos bancos são perdoadas. Aqui são colocados em primeiro lugar os interesses dos donos de empresas de transportes, quando é cortado o vale-transporte do estudante, quando aumento a tarifa mesmo dizendo que não ia aumentar. Aqui todo interesse vale, menos o nosso, porque esta gestão não é do povo, esta gestão não trabalha para o povo, esta gestão trabalha para empresário. Eles estão aqui por causa de empresário.

Ninguém aqui prestou concurso público que nem a gente. Ninguém aqui acorda cedo, pega ônibus, almoça com vale-coxinha e volta para casa também num ônibus apertado. Eles não sabem o que é viver com o salário que a gente ganha. O salário deles é de dez, vinte mil para cima, e a gente é que está quebrando. Vocês não tem vergonha.

Eu estive aqui na audiência do Orçamento, no final do ano passado, e conversei, o Secretário Caio estava aqui. Era o tempo todo dizendo que a Gestão estava conseguindo fechar com superávit, não com déficit. Então de onde está saindo esse déficit

Por que a gente não tem aumento? Enquanto isso os vereadores têm 26%, 26%. Isso é um tapa na nossa cara. Isso é olhar para a gente e falar: “Otários! Seus otários! Vocês vão ficar aí sofrendo, enquanto a gente está aqui, quatro anos mamando nas tetas do Governo, agora com 13º, convênio médico, mordomia pra caramba” –, porque eles são cheios de mordomia. E é a gente que está quebrando.

Então é só uma coisa: retirem esse projeto, porque AGPP e Agente de Apoio somos as categorias com os menores salários da Prefeitura. A gente sofre muito assédio moral, então a gente não pode parar. Infelizmente o sindicato não olha por nós, então a gente não consegue parar, porque o chefe fala assim: “Vai ficar com falta”. E a gente não pode

suportar uma falta, gente. O nosso salário não chega a mil, então a gente não pode segurar esse rojão.

Então a gente não conseguiu parar, mas se entrar esse projeto a gente para, e a AGPP está em escola, hospital, UBS, biblioteca, prefeitura regional, na cidade inteira, onde tem equipamento da Prefeitura tem AGPP e Agente de Apoio. Se a gente parar, esta cidade para. E, se não retirar, vai parar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

O próximo é o Sr. Antoniel Bispo Santos Filho, por três minutos. Logo depois é o Sr. Jeferson Almeida; por gentileza, gostaria que ficasse próximo do microfone.

O SR. ANTONIEL BISPO SANTOS FILHO – Boa noite. Agradeço a oportunidade de falar com vocês.

Sou advogado especialista em Direito Público, mais de 95% de minha representação é de servidores públicos. Represento os servidores públicos em juízo e me sinto legitimado para falar em nome dos servidores públicos.

Nós estamos estudando o projeto desde o início do ano. Ele tramitou de forma açodada na Câmara Municipal. E estamos observando inúmeras inconstitucionalidades no projeto, inconstitucionalidades patentes, ilegalidades flagrantes.

Em pouco mais de vinte anos que eu estou atuando nessa área e nunca vi um projeto de lei com tantas irregularidades, tantas inconstitucionalidades, pelo menos tramitando nesta Câmara.

Para se ter uma ideia, temos um parecer que foi elaborado por juristas experientes, constitucionalistas em Brasília e esse parecer já foi mencionado nesta tribuna que menciona inúmeras inconstitucionalidades no projeto, especialmente, no aspecto da segmentação de massa, que é totalmente inconstitucional; o aumento das alíquotas, a majoração de alíquota de 11% para 14% por uma via inconstitucional e as alíquotas suplementares, que violam principalmente o princípio do não confisco, que foi tão mencionado aqui. E já foi detalhado por

outros que me precederam.

Além do mais, viola de forma indireta o princípio da irredutibilidade de vencimentos. Sabe o que é isso? Um princípio que impede que qualquer lei, qualquer norma dentro do direito brasileiro reduza vencimentos dos servidores. No entanto, não estamos falando de redução de vencimentos direta, estamos falando de redução de vencimentos de forma indireta, através do confisco salarial e principalmente violação da capacidade contributiva. Alguns têm formação em direito, principalmente em direito tributário, sabem que o princípio da capacidade tributária é muito respeitado no direito brasileiro, principalmente nos termos constitucionais.

Mas o que mais nos intriga é o fato desse projeto vir baseado em premissas falsas. Peço desculpas em falar dessa forma, porque as premissas que baseiam o projeto e os números, o projeto está 100% baseado nesses números num déficit atuarial que não existe. O que nos impressiona é o fato do governo falar que existe um déficit já no pagamento dos servidores públicos e dos inativos, sendo que os próprios dados do governo, o material que foi fornecido pelo governo e consta no site da prefeitura informa que, do limite prudencial, da lei de responsabilidade fiscal, o Município de São Paulo está hoje consumindo 35,8%, fechou dezembro de 2017, com 35,8%, portanto, mais baixo até dos mencionados aqui.

Concluindo, na realidade, essa semana foi muito marcante porque estamos discutindo um projeto de lei inconstitucional. Esse projeto foi aprovado, não obstante as inconstitucionalidades na Comissão de Constituição e Justiça, e hoje, de forma histórica, eu presenciei mais de 100 mil servidores no entorno da Câmara Municipal se manifestando contra esse projeto, mostrando que a união faz a força.

Esperamos sim que esse projeto seja retirado de pauta ou ao menos seja discutido para que se chegue a números fáticos para que possamos discutir em pé de igualdade. Obrigado pela atenção. A luta continua. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sr. Joeferson Almeida, o senhor tem três minutos. Gostaria de chamar a Sra. Daiana Biral.

O SR. JOEFERSON ALMEIDA – Boa noite, homens e mulheres, trabalhadores do Município de São Paulo, servidores públicos que mantêm essa cidade viva e atende a população.

Gostaria de frisar que depois de tantas falas, com debate tão vivo e rico sobre as inverdades, os falseamentos contidos nesse projeto de lei, gostaria de fazer um debate com vocês. Eu me recuso a fazer o debate nos termos que a prefeitura coloca, que é nos termos de pensar isso como um problema técnico, jurídico ou financeiro. Isso não é um problema técnico jurídico ou financeiro. Isso é um projeto político. E é nesses termos que quero debater o Sampaprev.

Se tivéssemos falando de um problema financeiro, a Prefeitura deveria arcar com a responsabilidade de ter saqueado o Iprem durante todos esses anos. A Prefeitura deveria arcar com a responsabilidade de fazer um estudo minimamente sério sobre o que é o problema do Iprem. E não fez isso como demonstrado por diversas pessoas que me antecederam e não vou repetir.

Se a Prefeitura fosse séria, se os vereadores que apoiam esse projeto e esse Prefeito playboy fossem sérios e a Prefeitura possuísse de fato um problema financeiro, executariam os mais de 100 bilhões de reais que os grandes devedores devem à Prefeitura. 100 bilhões de reais, são quase dois anos de arrecadação da Prefeitura. Se só os grandes bancos, empresas de ônibus e grandes devedores pagassem seus impostos à Prefeitura, poderíamos passar dois anos sem recolher um centavo para a Prefeitura de São Paulo, porque a Prefeitura estaria remunerada e conseguiria arcar com suas despesas. Essa é a realidade.

O que está colocado aqui não é um projeto financeiro, não é um problema financeiro, não há um problema financeiro. A Prefeitura aumentou a arrecadação em 6 a 8%, senão me falhe a memória, não há problema financeiro, porque se não executariam a dívida dos grandes devedores. O que há aqui é um projeto político de Robin Hood às avessas, querem saquear o pobre, saquear o servidor para destinar esse dinheiro para banqueiro e

empresário.

Queria dar um exemplo. O Banco Itaú é um dos maiores devedores da Prefeitura, e teve lucro recorde todos os anos nos últimos 13, 14 anos. Como é que essa empresa não consegue pagar suas dívidas, com lucro recorde todos os anos. Explica isso, Sr. Secretário, se você é um homem sério, se minimamente acredita no que escreve e fala. Me explica isso. Executa o banco Itaú, a dívida. São 30, 20 vezes maior do que o alegado déficit da previdência, já falseado pelos dados deles.

O problema não é técnico, não é jurídico, não é administrativo, não é financeiro. É um problema político, um projeto político do Doria de roubar o nosso dinheiro, saquear a nossa renda que garante as nossas condições de vida para privilegiar quem já é multimilionário, quem já tem patrimônio de 1 bilhão de reais, 500 milhões de reais, é para essa gente.

E os 100 mil que vieram aqui não vão deixar. Eu sinto muito, se votar não volta. E vamos tocar o terço na Cidade, a Cidade não vai funcionar, não vai ter comércio aberto, não vai ter trabalhador, essa cidade vai parar e a vida de vocês não vai ter sossego, porque eu não vou permitir que um bando de engomadinhos saqueiem a minha vida para privilegiar banqueiro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O próximo é a Sra. Daiana Biral, a senhora tem três minutos. Gostaria de convidar para ficar próximo do microfone a Sra. Priscila de Oliveira.

A SRA. DAIANA BIRAL – Boa noite, meu nome é Daiana, sou professora da rede municipal e falo em nome do Movimento Reviravolta na Educação. Como muitos colegas meus já me antecederam, já colocaram diversas questões, estamos aqui para repudiar toda essa apresentação que vocês fizeram em relação às justificativas para aprovar o Sampaprev.

Nós não acreditamos em nenhum desses estudos que falam que o Município tem dívidas e que nós, servidores públicos, temos que dar o nosso dinheiro, nosso suor, o nosso trabalho para poder pagar essa dívida que para nós não tem déficit.

Queremos dizer também, colocando o que o Joeferson colocou, se tem algum problema, que se cobre dos bancos, das grandes empresas que de fato devem mais de 100 bilhões de reais para a Prefeitura de São Paulo, porque não é tirando leite das crianças que vocês vão pagar qualquer suposto déficit que existe na Prefeitura; não é tirando transporte escolar gratuito que vamos conseguir sanar qualquer coisa nesse sentido. Não é a gente cortando verba da educação, não é atacando o funcionalismo público que vamos conseguir resolver um suposto problema que está sendo colocado.

Nós estamos propondo que se retire de fato dos bancos e empresas. Qualquer tipo de ataque tem de ser repudiado por todos nós. E também quero dizer que em 2014, fomos uma categoria muito aguerrida também porque conseguimos fazer 42 dias de greve para tentar derrotar o Sampaprev naquele momento. E fomos vitoriosos, 42 dias de greve, fomos vitoriosos e durante esses quatro anos, a categoria tem muita força para barrar esse projeto.

Para nós, o caminho tem de continuar sendo esse, o caminho tem de ser seguir para rua. Não temos nenhuma ilusão de que essa Câmara, de que a Prefeitura vai resolver os problemas da nossa vida. Nós sabemos que daqui vocês, pelo menos a maioria dos vereadores desta Câmara, representam os interesses que não são da classe trabalhadora deste Município, que não são da classe trabalhadora deste País. Vocês representam o interesse do grane empresariado, representam os interesses dos grandes bancos. E para nós, uma vitória só pode ser conquistada se de fato continuarmos nas ruas.

Eu tenho muita felicidade em saber que meus colegas estão lá, na 23 de Maio, mostrando a sua força e dizer que qualquer repressão é insuficiente para barrar nossa garra. Ontem, nós enfrentamos aqui um monte de bala de borracha, enfrentamos gás, mas não recuamos, não arredamos na movimentação, nós continuamos na luta. Se ontem foi grande, hoje foi maior e no dia de amanhã será maior ainda.

Então, o recado que tenho para dizer aqui é que esse projeto não vai passar e vamos derrotar o projeto e vai ser com muita mobilização da classe trabalhadora na rua.

Retira! Retira! Fora Doria! Fora todos os corruptos! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Priscila de Oliveira. Gostaria de chamar também a Neusa de Jesus Duque para ficar próxima ao microfone.

A SRA. PRISCILA DE OLIVEIRA – Olá, sou professora Priscila, professora de educação infantil de bebês e crianças bem pequenas. Estou representando uma categoria de mulheres. Quero falar que estamos com a HSPM, zoonoses, AMAs, professores, quadro de apoio e gestores, todos na rua, parados e em greve. Isso é o motivo de saudarmos, porque nenhuma repressão vai ser maior do que a nossa gana de rasgar esse Sampaprev.

Hoje, somos milhares nas ruas, colocamos mais de 100 mil profissionais municipais nas ruas de São Paulo e estamos agora na 23 de Maio. Para combater o quê? O nosso maior inimigo, o Sampaprev, que é um confisco do nosso salário, confisco de 19% do nosso salário, que vai para o fundo de pensão privada e ficará à disposição da bolsa de valores, de empresários que pode pegar a qualquer momento esse dinheiro. A gente viu o que aconteceu na Espanha, onde esse fundo foi resgatado, os aposentados ficaram sem as aposentadorias. Quando veio o boom neoliberal econômico, que sabemos que chegou na América Latina e vários países sofreram, como o Chile. Os Correios também sofreram a mesma coisa, tiveram seus salários confiscados. Aposentadoria de uma vida inteira confiscada, ficaram sem aposentadoria. Isso não vamos permitir.

Em 2014, uma grande greve de 42 dias, do Prefeito que na época era o Haddad, que apresentou pela primeira vez esse projeto nesta Casa. E agora a gente não vai arredar, vamos para cima, vamos fazer greve até o Sampaprev ser rasgado, retirado para nenhum prefeito mais colocar a mão e colocar de novo nesta Casa para votar.

Outra coisa, por sermos uma categoria fundamentalmente de mulheres, seremos nós que vamos pagar as duras mágoas, se esse projeto for passado, porque somos nós que vamos ficar sem salário, somos nós que temos filhos, mães solteiras, somos da periferia e vamos ficar sem salário. Então, esse projeto é um ataque primordialmente contra as mulheres.

Outra coisa, nós, mulheres, não vamos aceitar nenhuma retirada de direitos, não vamos aceitar o confisco de salário.

Faço um chamado à GCM, venham compor a nossa luta, para irmos juntos nas ruas e derrubar o Sampaprev.

Fora Temer, fora Doria, fora todo governo. E nenhuma confiança nesse governo que está aí. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de chamar a Sra. Neusa de Jesus Duque. E já peço que o Sr. João Batista Paes de Barros para ficar próximo do microfone. Três minutos, por favor.

A SRA. NEUSA DE JESUS DUQUE – Eu me chamo Neusa, sou enfermeira aposentada. E tem um núcleo do Sindsep que é dos aposentados, assim como em todos os sindicatos. Estou falando em nome do conjunto dos trabalhadores e de todos os aposentados. Se tem uma coisa que o Doria conseguiu e seus seguidores foi unificar a classe trabalhadora.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. NEUSA DE JESUS DUQUE – Aposentados na luta. E vocês não imaginam a quantidade de aposentados que está vindo para as manifestações. E que ontem, eu tomei bomba, mas corremos. Ainda consigo correr das bombas.

É isso que precisamos falar. Se tem uma unidade tão grande e os aposentados estão vindo com tudo, a repórter me chamou para dar entrevista. Eu falei tudo sobre o Sampaprev. Quando eu abri a faixa para bater a foto, ela disse que não estava entendendo. Falou: você não é aposentada? Você não tem direito adquirido? Você não trabalhou toda a vida? Como eles querem confiscar mais ainda o seu salário?

Eles não sabem que esse projeto acaba com o funcionalismo, seja da ativa, seja aposentado, pensionista também. Estamos batendo na tecla da porcentagem, atenção, pessoal. É o confisco sim, 14%, 19%. E quando a gente fala e faz as faixas que essa proposta é um extermínio, não é força de expressão. É pura realidade. O que acontece? Hoje temos o

Iprem. Por favor, vereador, peço a sua atenção.

Vocês vão votar, o Iprem é uma coisa só.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. NEUSA DE JESUS DUQUE – Essa é uma proposta de extermínio, por quê? Porque não vai só pegar a questão dos 14, 19% que já é uma aberração. Ela arrebenta com o Iprem e cria dois caixas, dois regimes, para quem já está, seja o ativo, o pensionista e o aposentado. E cria outra caixa de arrecadação para os novos que virão.

Gente, já não tem concurso público, cria duas coisas, e essas duas coisas não se conversam. O que vai acontecer com a nossa aposentadoria? Ela vai quebrar e é isso esse projeto.

Concluindo, arrebenta e vai atrasar salários, prejudicar na carreira, vai acabar com a sexta parte como o Sr. Alckmin já está fazendo com os funcionários do Estado.

Que vocês pensem o que estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de chamar o Sr. João Batista Paes de Barros.

A SRA. NEUSA DE JESUS DUQUE – Eu não terminei, estou encerrando. Se votar, não volta. Vamos parar a cidade de São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu pediria para esticar tanto, temos muitas pessoas para serem ouvidas, todos querem se colocar. Eu pediria que dessem esse espaço para todos em homenagem aos que estão aqui. São quase 19h, vamos deixar todos falarem.

O SR. JOÃO BATISTA PAES DE BARROS - Boa noite a todos, meu nome é João Batista, sou militante do PSTU e professor da rede municipal de São Paulo. Gostaria de dizer para os trabalhadores que o Sampaprev não vai passar. Não adianta, ele não vai passar.

Por que não vai passar? Esse é o sentimento não só do funcionalismo público, mas de toda a população de São Paulo, dos trabalhadores. O Sampaprev representa a destruição da carreira do funcionalismo público que é o maior sucateamento dos serviços públicos. A população sabe que uma carreira que atrai os melhores profissionais. Ninguém quer aqui ter os piores professores, médicos, profissionais dentro dos equipamentos e eles sabem também que esse Governo juntamente com os Vereadores quiseram implementar ração humana para os filhos deles, dizendo que pobre não tem hábito alimentar. A fotografia deles a gente vai espalhar em todas as escolas como inimigos do serviço público, como inimigo dos trabalhadores, aqueles que queriam dar ração para os filhos dos nossos alunos, aqueles que queriam dar ração para os pacientes dos postos de saúde. É a cara deles que vai estar estampada lá, eles é que vão estar queimando.

A população sabe muito bem que a Câmara Municipal assim como o Congresso Nacional é um balcão de negócios. Todo mundo sabe quem está por trás da reforma da previdência federal e do Sampaprev: são os banqueiros, é a Febrabam, que distribuiu dinheiro. A gente quer saber quanto é que receberam os Vereadores aqui para votar a favor do Sampaprev.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – A sua acusação é extremamente grave. Ela está sendo gravada aqui e nós vamos tomar as providências. Por gentileza, pode concluir.

O SR. _____ – O Iprem, o Maluf, a gente sabe que teve um roubo na questão dos precatórios no final da década de 80 e 98. Houve uma CPI do rombo dos precatórios e ficou provado e acabou em pizza e aí eles vêm dizer que a gente tem de pagar essa conta. O Itaú, Bradesco, esses mesmos bancos é que estão aí devendo para a Prefeitura e são acobertados. Quem paga escolhe a música. Quem paga escolhe a música, quem pagou a campanha dos Vereadores que estão aqui dentro da Câmara Municipal? Quem pagou o Congresso nacional para se eleger? Eles vão votar contra nós, eles só entendem a linguagem da pressão popular e assim como foi ontem, com muita repressão, com bala de borracha, com

bomba. Ontem a gente estava ali uma dezena de milhar, hoje a gente estava em cem mil, na terça-feira, se quiserem votar nós vamos estar, junto com o funcionalismo nós vamos trazer também as comunidades, a população em geral, a classe trabalhadora, nós vamos cercar aqui de novo a Câmara Municipal.

Por último, se esse projeto que acaba aprofundando o sucateamento dos serviços públicos não for retirado, nós vamos acabar, nós mesmos, com nossas próprias mãos, por rasgar esse projeto. A população está cansada do que está acontecendo. A classe trabalhadora através de uma rebelião, com ajuda dos GCMs que rasgue-se esse projeto e jogue tudo isso no lixo. Para acabar não só esse projeto, mas no Brasil a gente tem que construir uma greve geral para colocar para fora o Doria e todos os corruptos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Você falou que as doações de campanha os bancos deram, só para lembrar que na última eleição até foi levantado pelo Vereador Reis as doações foram só de pessoas físicas. Só para lembrar.

Tem a palavra o Sr. Luis Carlos Grilardi. Vamos fazer uma interpelação judicial ao Sr. João Batista.

O SR. LUIS CARLOS GRILARDI – Boa noite. Eu sou professor aposentado, coordenador pedagógico aposentado e Presidente do Sinesp. Venho falar aqui como Conselheiro eleito pelo Iprem. Em relação ao confisco desse projeto, sabidamente o governo deu uma amenizada, sabendo que é inconstitucional a alíquota progressiva e instituiu 5% definitivo para todos acima do teto. Já tínhamos alertado outras vezes que é inconstitucional então teve essa mudança realmente. Não dá mais para falar em alíquota progressiva, então, é uma definitiva para todos acima do teto. Em relação ao Iprem, eu sou reeleito pelos servidores, e estou antes do Fernando chegar. O Fernando passou toda a gestão Haddad e no último dia do seu governo, consta em ata, dezembro de 2016, eu cobrei a responsabilidade dele no projeto ele em ata, está escrito, responsabilidade total do Prefeito Haddad.

Estamos novamente com um projeto muito pior e que tenho certeza e que agora

pergunto novamente a responsabilidade e pela convivência dele nesse governo Doria ele tem muita responsabilidade nisso. Mas, a colega aposentada falou bem dos fundos, nós vamos ter um fundo financeiro, um previdenciário. Olha na mão de quem nós estamos? Presidente do Conselho do Iprem, Everaldo França da PPS, Portifólio Performance, proprietário de empresa de consultoria de investimentos de fundo de pensão, com mais de 60 clientes entre eles o Brasilprev. E não para aí. Eu questionei a sua saída o tempo todo, o Sr. Claudio Costa em conversa com os dois Secretários e sabemos que ele é do governo. Exonerou-se e foi para onde? Inciativa privada e roda aqui como governo, palpita com o rótulo, sou do Conselho Deliberativo do Iprem. Quando falam em fundos, investimentos, segregação de massa, olha o aparelhamento que está em termos desse Conselho.

Vou mais. Quando o Secretário coloca os dados, todos os dados do estudo atuarial, o estudo atuarial tem de ser anual, o Iprem. Pode o Fernando confirmar, paga 80, 100 mil anual. Esse estudo que a firma do Ceará, a Vesting, ele pagou 500 mil reais para este estudo que a gente sempre está questionando. Então, coloco aqui o meu protesto e coloquei na ata do Conselho. Na última reunião de dezembro, o Sr. Fernando chegou com doze balancetes para a gente aprovar, balancetes de janeiro, fevereiro, chegou lote como que você vai analisar e aprovar numa reunião doze balancetes? Até agora isso está pendente, passou pelo fiscal e ele trouxe o lote para a gente. A hora que eu questionei foi um tal de corrida de assessor, de contabilidade para tentar questionar. Então, gente nós estamos muito preocupados do que vem pela frente.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra a Sra. Ana Maria Dukem Bonalume.

A SRA. ANA MARIA DUKEM BONALUME – Boa noite pessoal, primeiro eu queria congratular-me com a resistência de vocês, pelo avançado da hora, da resistência que tivemos lá embaixo nesses dias todos de manifestação. Sou supervisora aposentada do município de

São Paulo, ex-conselheira do Conselho Deliberativo do Iprem, atual Conselheira do HSPM e Diretora de organização Sindical do Sinesp. Essa sou eu. Companheira de luta e de labuta. São 34 anos de dedicação ao ensino público do Município de São Paulo.

É desse lugar que eu estou falando. Eu queria que os senhores me explicassem algumas coisas porque eu não consigo compreender. Acho que me falta capacidade intelectual. Eu queria que vocês me dissessem como é que um projeto que pretende resolver um problema da previdência pública municipal me apresenta um estudo de déficit quando o Iprem, transformado em instituto de aposentadoria e pensão nasce completamente falido porque não houve aporte algum na época em que ele foi criado. Foram os servidores que criaram essa situação? Pergunto, senhores? Não foram.

Segunda questão histórica, porque a história nos ajuda bastante a entender algumas coisas. Houve uma mudança na legislação federal que determinou que os institutos de pensão se transformassem em institutos de pensão e aposentadoria. Por esta razão em 2005, em 17 de agosto 2015, o Iprem foi transformado de um instituto de pensão para instituto de aposentadoria e pensão. A canetada sem negociação com os trabalhadores e servidores e nisso a história se repete.

Havia e é sabido, vários colegas que me antecederam disseram aqui que houve inúmeras situações de desmando e de malversação da contribuição desses trabalhadores. Onde foi parar o nosso dinheiro? Eu pergunto? Nós não sabemos, mas não fomos nós que geramos isso. Se esse realmente fosse um processo que quisesse fazer um enfrentamento da chamada dívida, eu pergunto, quando é no seu corpo, na sua estruturação, na sua justificativa, haveria de ter a responsabilização dessa malversação. Desse uso indevido. Onde está isso? Eu não encontro no PL? Vocês encontraram? Eu também não. É uma limitação intelectual minha, vou me desculpar.

Se este é um governo que diz que negocia conosco por que é que o Conselho deliberativo do Iprem não foi legitimado como uma casa discutir esse projeto de lei. Nunca

passou pelo Iprem. Eu estava lá e outros companheiros continuam lá. Passou pelo Iprem, Luis? Não passou. Como é que um conselho... pena porque eu tinha muito mais coisa a dizer. Então, deixa eu ir para os finalmentes. Essas são algumas querelas que eu gostaria realmente que vocês me ajudassem na minha limitação intelectual. Por favor, se tem um mérito que esse PL tem é de unir e acordar o gigante chamado : servidor público municipal. Estamos unidos para resistir. Nós vamos capotar, mas nós não vamos sair daqui, não vamos permitir pagar a conta dos desmandos de administrações anteriores. Retire o PL, nós não vamos aceitar pagar a conta. Isso é uma irresponsabilidade e estão deixando nós servidores e os futuros servidores...eu já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Concluindo, por favor, nós temos dez pessoas ainda para serem ouvidas.

A SRA. ANA MARIA DUKEM BONALUME – Eu não aceito a entrega do servidor público a sua própria sorte. Isso é uma irresponsabilidade dessa administração.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra a Sra. Patrícia Ermínio da Silva.

A SRA. PATRÍCIA ERMÍNIO DA SILVA – Gente, boa noite, boa noite senhores Vereadores. Sou professora de CEI, dou aula há 21 anos. Já dei aula em escolas particular e resolvi servir o município. Prestei concurso, passei e aqui estou. Antes de mais nada eu amo essa profissão, eu amo aquelas crianças que dependem de mim, dependem de todos nós que estamos aqui. Vocês já imaginaram os pais dessas crianças que estão dependendo da gente? Mas nós estamos dependendo de vocês. Por quê? Nós não vamos deixar que vocês aprovelem esse projeto. Esse projeto prejudica a gente. Vocês ganham quatro mil reais de auxílio moradia. A gente não consegue pagar nem mil reais se você for ver. Muitos de nós não temos casa própria. Eu não tenho casa própria, eu pago mil reais de aluguel com muito sacrifício porque o meu salário não chega nem a quatro mil reais, que é o salário que você ganham de auxílio moradia. O que vocês estão fazendo com a gente? Pensa um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Só para dizer, os Vereadores não tem quatro mil reais de auxílio moradia. São os juízes.

A SRA. PATRÍCIA ERMÍNIO DA SILVA – O Moro. Mas vocês receberam 26% de aumento. Quando que nós recebemos 26% de aumento, gente? Qual o salário de vocês, desculpa? O meu não chega nem a 10% do salário que vocês ganham. Vocês podem não ter quatro mil reais...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Só para lembra que na gestão passada nós demos 43% de aumento para a educação. Só para lembrar.

A SRA. PATRÍCIA ERMÍNIO DA SILVA – Desculpa, vocês deram 16%, vocês deram 26% para vocês. Quem aqui deu 26% de aumento para eles? Vocês deram? De onde eles tiraram 26% de aumento para eles? Nós quanto recebemos de aumento, gente? Fala. 0,01%. Isso é aumento? Isso é aumento para gente? Não, não é, desculpa, mas eu só quero que vocês coloquem a mão na consciência de vocês. Tá certo. Muitos de vocês poderiam ter o filho de vocês com a gente, mas tem escola particular, porque vocês podem pagar...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Concluindo por gentileza.

A SRA. PATRÍCIA ERMÍNIO DA SILVA – Porque nós pagamos para vocês, ok.
Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra Vitória Keiko. Vitória, tá Vitória, aqui, sério, não sei quem escreveu, mas escreveu errado.

A SRA. VITÓRIA KEIKO – Boa noite a todos. Eu já dei um toque ao Sr. Nomura que está se pagando muito mal par ao escriba dessa Casa. Como Vitória? Apesar que nossa identidade aqui seja plural, tudo bem. Que vergonha? Quem está no celular?

O SR. CLAUDIO FONSECA – As pessoas que estão na Av. Paulista, que são mais de cem mil pessoas querem saber o que está acontecendo aqui. Eu digo ou não? Então, por favor, sejam mais tolerantes. Nós temos mais de cem mil pessoas na Av. Paulista. Calma. Aqueles que estão lá ou eles são adversários de todo mundo que está aqui?

A SRA. VITÓRIA KEIKO – Está congelado o tempo? Tudo bem. Por favor, retomando. Quem é Vitória? Brava, cidadã, plural, nacionalista, defensora da questão pública e com muito orgulho educadora da EJA em São Paulo. vamos pensar no tempo cronológico comprometido com a educação desde os 16 anos de idade, quando assumi a educação. Hoje com 70 anos combativa, muito lúcida, com uma ira política que me fez chegar até aqui. E aí converso com vocês. Não vou nem falar converso porque diálogo a gente entabula olhando nos olhos, conversando tête à tête e isso vai ser um monólogo com um puxão de orelha para vocês.

Nós aprendemos que na educação transformadora qualquer ensinamento que não transforme, é um conhecimento inútil, bem inútil. Aprendemos também que todo dia temos de aprender, aprender, aprender a mudar. O que tivemos aqui, hoje à tarde, também o dia inteiro ontem, foram lições de cidadania, sofrida ou não, resistente ou não, nós tivemos a comprovação disso.

Aí flagrantemente - aí vem à educadora, o lado ninja – e constata o quê? Falou-se de Constituição, falou-se de igualdade, mas ninguém tocou na questão da isonomia de tratamento. E isso está na Constituição. Fui buscar na memória: que isonomia é essa? Quando chego aqui na Casa dos Vereadores, na Casa do Povo, aí eu percebo desigualdades nas condições de trabalho. Seria legal se cada uma de nós, educadoras, tivéssemos na base um sofá confortável, uma sala com ar-condicionado e com pouquíssimas pessoas. No entanto, lá na base, temos mais de 30 alunos, e com alunos de inclusão, são 35 ou 36, sem ar-condicionado, sem ventiladores.

Então isonomia de tratamento, Sr. Nomura...

Tem de contar o tempo porque quero falar com o Sr. Nomura – congela o tempo. Pois é, gente, que cidadania é essa? Vou puxar a orelha porque tenho idade suficiente para puxar a orelha de vocês. Por favor! (Palmas)

Então é aula de cidadania cujo sujeito somos todos nós: uns inoperantes, sujeitos;

e outros atuantes, que são os transformadores.

Seguinte, falando de isonomia, o que flagramos aqui é a desigualdade, vocês estão semeando a desigualdade. Falou-se de salário e eu rastreei. Os dados são oficiais, o salário de vocês está em torno de 19 mil reais; verba de gabinete, em torno 165 mil reais! Vejam o último item, morri de inveja deles: em torno de 24 mil reais para postagem de correio - revista, e deve ser revista importada - perfazendo um somatório de R\$ 207.509,00. Quem é que confisca o que de quem do cofre público municipal?

Nós temos carreira, vocês não têm. Vocês são temporários, mas com privilégios, nós não temos privilégios, vamos até o fim da carreira.

Falou-se também de uma questão muito séria, gravíssima, que não está semeada na base: o desserviço público. Quem é que pratica o desserviço público? Nós, servidores municipais na trincheira, nos postos de saúde desfalcados, e educadores sem materiais? Então a questão do desserviço público também nos atinge porque aqui se presta um desserviço público: dinheiro em excesso, para cada Vereador 207 mil reais, isso nós não aceitamos.

Para concluir, Sr. Nomura – é para o senhor porque o Holiday não está – nós, com nossos antepassados, aprendemos desde o útero a ter brio, a ter caráter. Aprendemos com a rigidez asiática que temos de defender a questão pública, popular e coletiva, e não abrir os braços para os ricos. Temos de ter brio. Chamo o Sr. Nomura para uma reflexão com os nossos antepassados.

Concluindo, cito a lição eterna dos meus pais, dos meus avós, que estão felizes onde estiverem porque estou cumprindo a minha parte praticando a defesa da questão pública, com caráter. Estou convidando então o Sr. Nomura para fazer essa reflexão.

Termino então dizendo: não é para retirar, é para rasgar esse pacote indecente!

(Palmas)

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Quero deixar claro para a Sra. Vitória...

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sra. Vitória, quando prestei atenção e olhei nos olhos, a senhora até chamou a minha atenção. Agora estou falando pra senhora e olhando nos olhos. Na realidade, tenho muito caráter, sou um *cara* sério, decente, não admito essa postura de colocar em dúvida, esse questionamento em relação ao caráter. Só quero deixar clara essa postura.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Venha aqui, a senhora está falando que eu não tenho, por favor, fale no microfone que eu também vou entrar com representação contra a senhora. Eu não admito essa postura.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O próximo é o Sr. Claudio Loguerão. (Pausa) Não está presente. Tem a palavra Pedro Medeiros. (Pausa) Não está presente. Bruno Arcipretti. (Pausa) Não está presente. Mauro Andrade. (Pausa) Não está presente. Leonardo Regazzini. (Pausa) Não está presente. Firmino Ferreira dos Santos. (Pausa) Não está presente. Silvio Martins. (Pausa) Não está presente. Vagner Fernandes. (Pausa) Não está presente. Sr. Daniel Viana. (Pausa) Não está presente. Tem a palavra a Sra. Sanderli Brito.

Aproveito para chamar a Sra. Micheli Francine, que falará em seguida, e será a última pessoa a se manifestar nesta audiência pública.

A SRA. SANDERLI BRITO – Somos resistentes e resilientes!

Muito obrigada, Prefeito carreirista Doria por trazer de volta à unidade dos trabalhadores da cidade de São Paulo! (Palmas) Muito obrigada, nobres Vereadores, por também corroborarem com esse feito do Prefeito carreirista.

Só um recadinho para o nobre Vereador Holiday: vagabundo é você!

- Manifestação dos presentes.

A SRA. SANDERLI BRITO – Se você não aprendeu com a sua mãe, um termo

bem simples, que todos aqui sabem: quem fala o que quer, ouve o que não quer!

- Manifestação dos presentes.

A SRA. SANDERLI BRITO – Agora não quero mais falar para os trabalhadores que estão aqui, resistentes, tampouco aos Vereadores, aos representantes do Governo. Vou falar com quem efetivamente importa, com a sociedade paulistana, com quem está nesta Cidade: tenho 30 anos no exercício do serviço público e aí quem me conhece sabe o quanto dediquei da minha vida para dignificar, todo santo dia, o que é ser agente público nesta grande Cidade. Mulher, negra, da zona Leste que sempre trabalhou na periferia. Eu trabalho em Cidade Tiradentes, o maior complexo habitacional da América Latina!

Quero falar com a zona Leste de onde faço parte desde que nasci: precisamos do apoio de todos vocês! Todos aqueles que, algum dia, foi bem atendido, foi cuidado por toda grande massa de agentes públicos, que agora estão lá na 23 de Maio, já estão até na Paulista.

Nós, antes de tudo, somos eleitores, somos formadores de opinião, delegamos a competência a todos eles e à grande maioria que já foi embora, deveriam cortar o ponto deles!

- Manifestação dos presentes.

A SRA. SANDERLI BRITO – Eles inverteram a roda, eles estão representando quem não votou! Vão sentir o preço disso nas próximas eleições. Estão acreditando naquela lógica de que brasileiro tem memória curta. Isso está mudando, faz algum tempo. Os senhores precisam aprender a utilizar a estrutura parlamentar à disposição de vocês. E não um relatório comprado de uma consultoria que defende o interesse de quem o contratou! É o Tribunal de Contas, o relatório do Tribunal de Contas que deveria ser utilizado como parâmetro para emissão do relatório desta Comissão. Isso não dá mais, não é mais pra acontecer. O brasileiro acordou, não vai mais dormir.

Esta Casa vive cheia de parlamentar-reizinho que acha que tem mais direito do que todos nós. Quem delegou a competência a vocês fomos nós, gente! Respeite quem delegou a competência. Podemos mandar vocês embora, a qualquer tempo. Então, sociedade brasileira,

por favor, sociedade de respeito, que trabalha todo dia: encha a caixa dos seus Vereadores com e-mails falando, criticando essa barbaridade que estamos vendo na cidade de São Paulo!

Por favor, #sevotarnãovolta, quer dizer, se votar não volta.

Vou chamar todo mundo, terça-feira, a resistência continua.

Por gentileza, sociedade digna de respeito, venha nos ajudar. Nós defendemos efetivamente o interesse de vocês. Nesta Casa, eles são muito poucos!

Quero também dizer da minha ancestralidade, que carregou também este País nas costas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Deixei e a senhora falou por cinco minutos!

A ancestralidade? Todos nós, todos nós.

Vou lhes dizer, antes de eu passar a palavra a Michele, que nós – como disse a Vitória – descendentes de japoneses viemos pra cá substituir a mão de obra escrava, há 110 anos. Comemos o pão que o diabo amassou, fomos tratados como escravos. Meus avós tomavam água porque não tinham o que comer. Com muito trabalho e dedicação, com sangue, suor e lágrimas nós ajudamos a construir este País! Hoje você vê a mão dos japoneses em todos os setores laboriosos deste País! É sobre isso que refletimos, é só pra refletir. Por gentileza, como todos aqui trabalham, é como a senhora acabou de falar, é isso: todos nós somos trabalhadores!

Por gentileza, Sra. Michele Francine, que chegou um pouco atrasada, mas abrimos uma deferência à senhora.

A SRA. MICHELE FRANCINE – Boa noite a todos, a todas. Sou professora da rede municipal, servidora pública há 14 anos.

Ouvindo a fala da colega, dentre tantas coisas ditas, abri a minha bolsa e peguei este papel. Este papel é o meu holerite, é a minha folha de pagamento. Abri a minha folha e a

minha revolta só aumentou porque se os senhores quiserem, Srs. Vereadores, eu deixo minha folha de pagamento para os senhores verem.

Após anos de carreira, quando prestei concurso eram 20 mil inscritos, passei entre os cem primeiros. Tenho um currículo exemplar, não tenho uma advertência quanto à minha postura profissional. Depois de anos, depois de mais e mais formações, pós-graduada e estando num cargo de nível superior, que é mais concorrido do que Medicina na Fuvest, a minha folha de pagamento não chega perto da verba de vocês do correio! O que eu ganho pra sustentar a minha família, cuidar do meu filho é inferior à verba do correio.

Quando chego na minha escola pra trabalhar, não tenho ar-condicionado. Se forem ver a minha unidade, os azulejos estão caindo, tenho que mudar aluno de posição porque se chover tem goteira, e nós não temos verba pra reforma. Não tenho cafezinho. E tenho de olhar na mídia Vereador se pronunciando, falando como se eu fosse uma vagabunda! Dizendo que tenho mordomias, que tenho regalias, que o salário dos professores é salário majestoso, não é! Minha folha de pagamento está aqui, o meu salário-base, após 10 anos de carreira, é de R\$3.987 reais! Vocês tem noção do que é isso?

Vamos falar então de regalias, quero falar de privilégios. O que eu tenho que seria benefício: R\$276,00 reais de auxílio-refeição; e R\$329,00 reais de vale-alimentação; e um desconto de mais de mil reais. Então regalia é auxílio pra tudo e mais um pouco que os parlamentares, que o Judiciário deste País tem, isso são regalias! Regalia é ter uma casa maravilhosa para trabalhar, ter condições de trabalho, é ter verba de gabinete e sair mais cedo do trabalho? Aqui vários Vereadores foram embora na hora do trabalho. Se eu sair durante horário de trabalho, fico com falta, descontam do pouco que recebo. Se chegar dez minutos atrasada, não vão descontar 10, vão descontar 50 minutos. Quem é que aponta falta no ponto de vocês, Srs. Vereadores?

Srs. Vereadores, parece pouco, mas daqui a pouco tempo, estudando muito porque tenho de ter muitos, muitos títulos para o meu salário aumentar, eu chego na margem dos

cinco mil e pouquinho, e passo para os 27,5%. Pensem, depois de anos de dedicação e estudo, somar 27,5% de imposto de renda e mais 19% de desconto, confisco salarial, eu vou viver do quê? Como eu vou pagar uma escola para o meu filho? O meu filho não tem condições de estudar na escola que os filhos de vocês estudam! Eu não recebo, eu não trabalho com as condições que os senhores têm. Isso é desumano, isso é cruel, isso é falta de respeito. Nós elegemos vocês pra vocês nos representarem.

Então o mínimo que podem fazer, se quer fazer uma reforma da previdência, eu concordo, todos vão ter de equilibrar as contas do País, mas comecem cortando as verdadeiras regalias, as altas verbas de gabinete, mexendo no Judiciário, tirando daqueles que muito têm e não daqueles que trabalha duro para ter pouco!

Eu trabalho em dois lugares, saio da minha casa seis da manhã, volta dez da noite, não dou para o meu filho a vida que vocês têm! Pensem nisso porque esses poucos por cento, que pra vocês não é nada, na minha vida e na vida dos meus amigos, vocês não têm noção do impacto.

Pra falar de ancestralidade, eu tenho seis irmãos, sou a primeira com nível superior, sou a primeira. Quando se fala de ancestralidade, do passado, vocês estão falando com a filha de uma senhora que é empregada doméstica, que não têm mais condições de trabalhar.

Pensem que não estão trabalhando com quem tem salários maravilhosos, com todas as regalias. Vocês estão mexendo na vida de pessoas que deram um duro enorme pra ter direitos! Nós temos direitos, não temos regalias, não aceito que ninguém tire o meu direito. Estudei, trabalhei pra isso.

Então encerrando a minha fala, caros colegas, peço que cada um de vocês, a partir de amanhã, sábado, domingo, feriado, o dia que for, saiam das suas casas porque greve não se faz de pijamas! Greve se faz na rua, na comunidade e falando a verdade, porque como disse um nobre Vereador me chamando de vagabunda e de salário maravilhoso que não tenho, o Sr. Presidente da Mesa falou que ia representar um dos colegas aqui porque o

ofendeu. Qual de vocês vai representar o Sr. Fernando Holiday por ter me chamado de vagabunda.

E quanto ao PL, para encerrar, o que proponho aos meus companheiros, se nenhum deles olhar a incoerência que é esse projeto, e decidirem retirar esse projeto, nós pagamos do nosso bolso se for necessário porque a perda vai ser menor que os 19%. Que a gente pague um advogado para fazer uma ação direta de inconstitucionalidade porque isso não vai passar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos passar a palavra ao Secretário da Fazenda, Caio Megale, para suas considerações finais. E logo depois ao Secretário de Gestão, Paulo Uebel.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado, Vereador. Obrigado a todos que fizeram comentários e sugestões durante a audiência pública. Alguns poucos pontos que anotei, acho que um dos principais deles foi uma recorrente menção ao nível de endividamento da Prefeitura.

Foi mencionado recorrentemente o nível de dívida ativa da Prefeitura. De fato é perto de 100 bilhões de reais. Fazemos um esforço bastante grande, a Procuradoria especialmente faz um esforço bastante grande de recuperar essa dívida. Isso há bastante tempo vem crescendo o volume anual que recuperamos dessa dívida. Boa parte dela está no Judiciário e esse processo vai continuar.

E o que o projeto propõe é que este fluxo que vem anualmente, mensalmente da dívida ativa vá direto para garantir a aposentadoria dos servidores. É isso que diz o projeto, colocar esta dívida dentro do fundo de aposentadoria para abater o déficit e que o fluxo vá direto para o pagamento das aposentadorias.

Algumas menções sobre os cenários futuros que dependem das variáveis que se colocam lá, se o juro é um pouco maior, um pouco menor, inflação maior e menor, tal. Os cenários sempre podem ser feitos, agora o histórico está aqui, foi o primeiro slide que mostrei,

o crescimento bastante rápido da parte da insuficiência do Ipem, do pagamento das aposentadorias porque boa parte é feita diretamente via a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Gestão. Essa insuficiência vem crescendo e tenho dito publicamente que na medida em que isso cresce e cresce de forma mais rápida do que as receitas da municipalidade, isso toma espaço de outros orçamentos, de outras atividades. Acho que é fundamentalmente isso.

Os estudos foram bastante sérios. Tentamos fazer o máximo possível, procurar as melhores referências, muitos falaram que são falsos. Não é verdade, do nosso ponto de vista. Insisto aqui, o Tribunal de Contas audita os balanços da Prefeitura. Auditou o último que enviamos, em 2016. Auditou os de 2017 e o pagamento está lá, ele foi feito. Está no portal da transparência. Então dá para perceber isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – A equipe da Câmara fez um exercício e mostrou que a insuficiência financeira é exatamente aquela que mostramos. Não sei para frente, mas para trás é exatamente aquela.

Desta forma queremos mostrar aqui a nossa responsabilidade como gestor que olha vários períodos à frente, é de procurar equilibrar o que identificamos como insuficiências e o que identificamos como desequilíbrios. Essa é a nossa responsabilidade. Essa é minha responsabilidade e o projeto vai nessa direção. Sabemos as contas como vão para frente e sabemos que a cada ano o contribuinte, o Tesouro Municipal vai colocando mais e mais recursos nesse sistema e é por isso que propomos o equacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Concluindo, por favor.

O SR. CAIO MEGALE – É por isso que colocamos esse equacionamento e mantemos firme a nossa posição de que é preciso fazer um reequilíbrio na Previdência para o longo prazo da Prefeitura. Esta é a nossa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Vamos passar a palavra ao

Secretário Municipal de Gestão, Paulo Uebel.

O SR. PAULO UEBEL – Sr. Presidente, obrigado, quero começar agradecendo todos os comentários, sugestões. Acho que o objeto da audiência pública é justamente esse. É importante esse debate, o projeto merece ser discutido, refletido. Então queria fazer esse agradecimento.

Um ponto que foi levantado, a questão da dívida do Iprem com a Prefeitura. De fato foi levantado nas reuniões sindicais que tivemos e foi identificado mesmo que na Gestão Maluf houve um uso indevido de recursos do Iprem. Fizemos o levantamento no histórico do Iprem com a ajuda do Fernando, Superintendente do Iprem que está aqui. E esse valor foi pago durante a Gestão Serra, temos os documentos que comprovam isso. Houve uma discussão, inclusive, na Câmara, o valor foi apurado e devolvido. Foi um valor também objeto de uma ação judicial que foi pago. Existe documento de quitação. Nós fomos atrás dessa informação.

Sobre a questão do déficit financeiro e atuarial, ele está registrado no balanço da Prefeitura, como o Secretário Caio Megale falou. O balanço da Prefeitura é auditado anualmente pelo TCM. O TCM confirmou a existência desse déficit financeiro e atuarial.

Também queria dizer que o projeto prevê uma governança muito rigorosa. Hoje o atual modelo não garante segurança para os servidores. O atual modelo não dá previsibilidade para os servidores. Então o novo modelo é muito mais seguro, melhor e mais transparente para os servidores.

Outro dado importante, foi falado aqui também, é a questão do reajuste geral anual, RGA. Fizemos um levantamento dos últimos 15 anos. E nos últimos 15 anos foram aprovados reajustes muito baixos. Por que aconteceu isso? Teve Marta Suplicy, Gilberto Kassab, José Serra, Fernando Haddad, João Doria, todos eles dando aumentos de 0,01. Por quê? É coincidência? Não. Não é coincidência. Por que é uma questão ideológica? Não. Não é uma questão ideológica. É uma questão estrutural. É impossível dar um aumento maior com as condições previdenciárias que existem.

Enquanto não mudar o sistema previdenciário, o 0,01 vai continuar acontecendo. Para mudar isso aí precisa mudar a questão, a lógica previdenciária. E é justamente isso que queremos para acabar com o 0,01. O 0,01 é uma vergonha, nós não podemos aceitar isso. Para romper com isso é necessário rediscutir a Previdência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Queria primeiro agradecer a todos os presentes, desde às 15h estamos aqui nessa discussão, nesse debate. Acredito e espero que os demais Vereadores que aqui não compareceram a este plenário tenham acompanhado pela televisão. Acredito e espero que a população também tenha acompanhado este debate. É muito importante a colocação de todos vocês que ocuparam a tribuna nesse sentido.

Quero cumprimentar todos que falaram. Todos aqui que ainda se mantêm firmes ouvindo e debatendo essas questões. Cumprimentar e agradecer o Secretário de Gestão, Paulo Uebel; nosso Secretário da Fazenda, Caio Megale; o Superintendente, Fernando Rodrigues Silva. Agradecer os Vereadores ainda presentes, Claudio Fonseca, Reis, Dalton Silvano, Adriana Ramalho e Gilberto Nascimento. Saudar e cumprimentar os assessores.

E dizer que para nós a Casa vem cumprindo essa discussão de debate, muito importante principalmente nesses projetos. Acho que durante toda essa discussão que tivemos vocês nunca tiveram essa condição de se expressar com relação a esse projeto na presença do Presidente do Ipem, do Secretário da Fazenda e do Secretário de Gestão. Acredito que essa é a questão e esse é o trabalho que temos da Comissão.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, fiz uma pergunta para o Superintendente, não só para mim como para todos os Vereadores, acho que é muito importante para esclarecer porque o Superintendente do Ipem, o Fernando, foi Superintendente também durante a Gestão do Prefeito Haddad, quando foi encaminhado para a Câmara o projeto de lei, ainda o 558, criando o regime de previdência complementar, o RPC.

E lá não previa o aumento da contribuição previdenciária. E quem lê toda a exposição de motivos, justificava-se, inclusive, que criaria o regime de previdência complementar visando buscar o equilíbrio financeiro do Ipem e reduzir ou eliminar o déficit previdenciário.

O Fernando vive essa experiência de ter sido o Superintendente na Gestão do Prefeito Haddad e vive a experiência...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos mandar por escrito.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Recebi um telefonema...

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sim, mas de qualquer forma é uma pergunta, a única talvez...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, por gentileza, seja mais sintético porque não dá para ficar...

O SR. CLAUDIO FONSECA – Está bom. Vou ser sintético. Ele é atualmente Superintendente da Prefeitura no Governo Haddad, continua. E nessa proposta de regime de previdência complementar existe a contribuição, o aumento da contribuição e até suplementar.

Então gostaria de ouvir do Fernando o que sustenta do ponto de vista financeiro, o que mudou para você ter agora, passado um ano e pouco, que ia aumentar de 11 para 14, e de 14 com a suplementação, para entender.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, por favor...

O SR. CLAUDIO FONSECA – O Tribunal de Contas vai entregar, na terça-feira... O Presidente do Tribunal informou que na terça-feira vai dar resposta a consulta que fizemos sobre os números preliminares. Na sexta-feira vai entregar todos os números que solicitamos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu estive com o Presidente do Tribunal e fiz essa sugestão para que o mais rápido possível, em caráter emergencial, pudesse responder aquela solicitação de V.Exa.

Então gostaria de passar para o Fernando, para falar dois minutinhos, porque já

precisamos encerrar. Dois minutinhos, por gentileza.

O SR. FERNANDO RODRIGUES SILVA – Boa noite para aqueles que ficaram até esse momento aqui. Vocês querem que eu responda? Então preciso de um minuto para fazer a resposta.

Muito bem, quando chegamos, em 2013, para fazer o levantamento previdenciário, vocês sabem que o Iprem não é o órgão gestor de previdência. Ele é uma caixa de pensões. Então, portanto, as informações de aposentadoria, elas estão separadas em cada um dos órgãos da Administração.

Claro que temos o sistema, que é Sigpec, e demoramos anos para constituir uma base de dados. Fizemos um primeiro estudo, contratamos a Caixa Econômica Federal, e no primeiro estudo o déficit foi 84 bilhões.

E esse estudo foi decorrente da seguinte disposição, existe uma portaria nº 403, de 2008, do Ministério da Previdência Social, que estabelece o seguinte: os entes federados seguindo o que diz o Art. 40 da Constituição deverão funcionar em equilíbrio financeiro e atuarial.

E o equilíbrio financeiro atuarial é ter recursos... O equilíbrio financeiro é ter recurso suficiente para pagar despesa em cada exercício financeiro. O recurso atuarial é aquele numa projeção de 75, o Município faz 75, a União faz 100 anos, e você tem de evidenciar este resultado atuarial. E depois você tem algumas alternativas que estão lá nessa portaria 403.

E o Município, uma vez que evidencia tem de tomar posição sob pena de perder o chamado... A gente não levantou essa discussão, tem um aspecto de legalidade, que é o Certificado de Regularidade Previdenciária, que impõe severas penalidades para os entes federados que não cumprirem.

Então nós cumprimos a grande parte da proposição que está sendo colocada aqui, ela decorre de uma necessidade de adequação à legislação federal, que já deveria ter acontecido desde 2008.

Então, portanto, os estudos, primeiro, da Caixa, 84 bilhões. Nós chamamos o Ministério da Previdência, eles desceram, fizeram um estudo, o número dobrou. Avaliamos que precisávamos fazer uma correção na base de dados e demorou, para a gente contratar a Vest, que foi uma concorrência pública, dados abertos auditados pelo Tribunal de Contas, nós fizemos uma concorrência pública. Participaram as melhores consultorias atuariais, que é um projeto importante. E a partir desse projeto conseguimos fazer testes de aderência, que é utilizado lá no regime de previdência complementar. E com base nesses testes chegamos a um número atual desse passivo atuarial.

Por quê? Porque o passivo atuarial necessita, cada medida que você vai adotar, ele tem um custo muito grande do ponto de vista de transição. Então saber quanto é o déficit é importante para saber como vamos realizar.

Os dois fundos, Fundo Previdenciário e o Fundo Capitalizado, para a geração futura, que está sendo proposto ao contrário do que foi dito aqui, ele já é amplamente utilizado em vários entes da Federação.

Então o que tem de diferente é o seguinte: os estudos atuariais quando nós encaminhamos, quando o Ministério obrigou que a gente explicitasse o déficit. E nós explicitamos, nesse primeiro momento foi encaminhado o projeto de previdência complementar. Por quê? Porque a Sampaprev previa o estancamento do problema para a geração futura, mas os estudos continuaram porque eles não tinham terminado.

Então quais são as opções previstas na portaria nº 403/2008: primeira opção, definido o déficit, você tem de fazer um parcelamento de 35 anos desse déficit, daria aproximadamente 10 bilhões a mais para o Município, inviável. Segunda opção, aumento de alíquotas. Terceira opção fazer a segmentação de massa. E tem uma quarta opção que não está escrita na portaria, esta na Constituição Federal, Art. 249, fazer a constituição de um fundo de bens e direitos.

Então a proposição que está sendo feita é uma combinação desse conjunto de

proposições que visa enfrentar o problema de uma maneira holística.

Então o seguinte: o projeto foi uma fase. Nós pegamos o projeto que é Sampaprev, ele já tinha sido feito, grande parte desse trabalho já na Gestão anterior, na Gestão Kassab. Então nós aproveitamos política, previdência é política pública de longo prazo. Previdência...

- Manifestações na plateia.

O SR. FERNANDO RODRIGUES SILVA – Tudo bem. O combinado é que eu iria falar. Então basicamente estou respondendo dessa forma, por um projeto de longo prazo eu necessito fazer o estudo. No ano passado o Tribunal de Contas me chamou, pedi aqui... informei aqui ao Secretário Paulo Uebel de que tinha um evento, porque o Tribunal fez um relatório de 2015, é importante que vocês olhem o relatório do Tribunal de Contas do ano de 2015, que ele detalhou, destrinchou o trabalho que a gente estava fazendo. E nos convidou para participar de um evento que aconteceu em março do ano passado, aonde detalhamos a situação previdenciária. E nos últimos quatro, nos últimos cinco anos que discutiam a LDO, eu fui convocado para participar aqui e apresentar os números.

Então acho que é importante fazer um levantamento histórico de fato para discutir e enfrentar o problema de uma maneira importante, entendeu? É isso. Acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de consultar o Vereador Claudio Fonseca, se está satisfeito com relação a essa questão.

O SR. CLAUDIO FONSECA – O debate vai continuar, vamos ter a oportunidade de discutir mais para frente, inclusive, essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nada mais havendo declaro encerrada a presente audiência pública.